

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**  
**CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**  
**2011/2012**



**III**

**A PRIMAVERA ÁRABE E OS DESAFIOS  
À ESTRATÉGIA ESPANHOLA DE SEGURANÇA**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS OU DE SEGURANÇA PORTUGUESAS OU ESPANHOLAS.

*GUILLERMO J. RODRÍGUEZ BERLANDINO*  
*TENENTE CORONEL DEM ENGENHARIA (ESP)*



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**A PRIMAVERA ÁRABE E OS DESAFIOS  
À ESTRATÉGIA ESPANHOLA DE SEGURANÇA**

**TCOR DEM ENG Guillermo J. Rodríguez Berlandino**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2011-2012

Lisboa, 2012



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**A PRIMAVERA ÁRABE E OS DESAFIOS  
À ESTRATÉGIA ESPANHOLA DE SEGURANÇA**

**TCOR DEM ENG Guillermo J. Rodríguez Berlandino**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2011-2012

Orientador:

Capitão-Tenente José João Rodrigues Pedra

Lisboa, 2012

Texto escrito conforme o Acordo Ortográfico



A minha Mulher pelo grande apoio que tem prestado no curso “mais uma vez” e pelas horas roubadas quando mais precisava de mim.



## Índice

Introdução.....	1
1. O conceito de Segurança. ....	5
1.1. Da evolução do conceito de defesa nacional e do conceito de Segurança. ....	5
1.2. Estratégia de Segurança Nacional .....	7
1.3. A forma de os Estados garantirem a Segurança .....	8
2. A Estratégia Espanhola de Segurança .....	11
2.1. O conceito de segurança espanhol.....	11
2.2. Os interesses nacionais de Espanha.....	12
2.3. As ameaças e riscos .....	13
2.5. As capacidades .....	18
2.6. Os fatores potenciadores das ameaças e riscos .....	18
3. A Primavera Árabe .....	19
3.1. Os países das revoltas .....	19
3.2. As causas das revoltas .....	25
4. Os cenários das revoltas árabes .....	27
4.1. As tendências e fatores .....	27
4.2. O cenário "Primavera Árabe" .....	29
4.3. O cenário "Verão Árabe".....	31
4.4. O cenário "Inverno Árabe" .....	32
5. Os desafios da Primavera Árabe para Espanha .....	34
Síntese Conclusiva.....	39
Bibliografia.....	42
Anexos	
Anexo A – Linha de orientação metodológica .....	A1
Anexo B – Populações e PIB per capita em 2010 .....	B1
Anexo C – Interação Tendências - Potenciadores - Ameaças e Riscos .....	C1



## Resumo

“Primavera Árabe” foi a denominação dada ao movimento pró abertura democrática iniciado a partir do dia 18 de dezembro de 2010 na Tunísia, que tem vindo a agitar política e socialmente vários países do mundo árabe, e que se caracterizou por ser uma onda revolucionária de manifestações ocorridas no Oriente Médio e no Norte da África a partir de então. Por um lado a região é uma prioridade devido a razões humanitárias, económicas, sociais e ambientais. Por outro, a paz e a prosperidade da margem sul do Mediterrâneo são essenciais para a segurança de Espanha e do conjunto da Europa.

O Governo de Espanha publicou a Estratégia Espanhola de Segurança no 2011. Porém as circunstâncias existentes nestes países na altura o documento foi elaborado mudaram. Aliás, existe incerteza no resultado das revoluções uma vez que os acontecimentos ainda estão numa fase inicial. Neste sentido, o trabalho tem importância porque permite uma melhor compreensão do atual conceito de segurança espanhol e apresenta três cenários nos quais a evolução e combinação de fatores permitirão avaliar os desafios das revoltas árabes à segurança espanhola.

Para atingir estes objetivos foi usado o percurso metodológico proposto por Quivy & Campenhoudt (2008), recorrendo essencialmente a publicações, bem como a artigos de opinião e estudos de autores de referência em assuntos internacionais e de segurança.

Assim, este trabalho confirma que sendo evidente que num mundo globalizado acontecimentos longínquos tem implicações nas nossas sociedades ainda mais quando os factos estão a ocorrer numa região de elevado interesse geoestratégico com a qual Espanha tem fronteira terrestre. Assim, a estabilização e democratização ao longo prazo apresenta grandes oportunidades para Espanha. Contudo, no curto prazo, pode sofrer os efeitos negativos da instabilidade mais do que outros países.

As conclusões mostram que a posição geoestratégica da Espanha será afetada no meio e longo prazo e que as linhas de atuação identificadas, quer na própria estratégia quer neste trabalho, devem ser postas em prática com uma visão de futuro e tirar proveito do momento histórico que estamos a viver.



**Abstract**

*"The Arab Spring" was the name given to the pro-democratic opening started from the December 18th, 2010 in Tunisia, which has been agitating politically and socially different countries of the Arab world, and which was characterized as a revolutionary wave of demonstrations in the Middle East and North of Africa since then. On the one hand, the region is a priority because of humanitarian, economical, social and environmental reasons. On the other hand, peace and prosperity of the southern Mediterranean are essential to the security of Spain and throughout Europe.*

*The Spanish government published the Spanish Security Strategy in 2011. But the circumstances in these countries at the time the document was prepared have changed. Moreover, there is uncertainty in the result of revolutions since the events are still at an early stage. In this sense, the work is important because it allows a better understanding of the current spanish security concept and presents three scenarios in which the evolution and combination of factors will evaluate Arab revolts challenges to spanish security.*

*To achieve these goals, we used the methodological approach proposed by Quivy & Campenhoudt (2008), mainly based on scarce publications in this issue as well as opinion articles and studies of major authors in international affairs and security.*

*This work confirms that it is evident that in a globalized world events far in our societies has implications especially when the facts are occurring in a region of high geo-strategic interests with which Spain has land border. Thus, the stabilization and democratization in the long term presents great opportunities for Spain. However, in the short term, may suffer the adverse effects of instability than other countries.*

*The findings show that the geostrategic position of Spain will be affected in the medium and long term and that the lines of action identified in both, the strategy itself and this work, should be implemented looking ahead and take advantage of the historical moment in which we live .*



**Palavras-Chave**

Segurança, Primavera Árabe, Estratégia Espanhola de Segurança, ameaças, cenários, mudança.



## Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ARI	<i>Análisis del Real Instituto Elcano</i>
AQMI	Al Qaida no Magreb Islâmico
CESEDEN	<i>Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional</i>
CNT	Conselho Nacional de Transição
CORES	<i>Corporación de Reservas Estratégica de Productos</i>
EES	Estratégia Espanhola de Segurança
ESS	<i>European Security Strategy</i>
EUA	Estados Unidos da América
GEES	<i>Grupo de Estudios Estratégicos</i>
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IDN	Instituto da Defesa Nacional
IEEE	<i>Instituto Español de Estudios Estratégicos</i>
IESM	Instituto de Estudios Superiores Militares
MAEC	<i>Ministerio de Asunto Exteriores y Cooperación</i>
MDE	<i>Ministerio de Defensa</i>
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
PEV	Política Europeia de Vizinhança
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PJD	Partido de Justiça e Desenvolvimento
PNUD	Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento
RED	<i>Revisión Estratégica de la Defensa</i>
UE	União Europeia
UN	<i>United Nations</i>
UNDP	<i>United Nations Development Program</i>



## Introdução

Com o presente trabalho de investigação pretendemos efetuar uma análise da situação após as revoltas ocorridas no norte de África, de modo a determinar os desafios à Estratégia Espanhola de Segurança.

Os acontecimentos internacionais e a necessidade de segurança que a nossa sociedade tem sentido nas últimas décadas, tem transformado os conceitos do modelo de Segurança e Defesa de Espanha (Escrigas & De Miguel, 2007, p.42). Esta evolução materializou-se na elaboração de um documento ao mais alto nível que constitui um marco histórico no pensamento e no planeamento estratégico da Espanha (IEEE, 2011, p.1).

Em Junho de 2011, o Governo de Espanha publicou o documento “*La Estrategia Española de Seguridad: una responsabilidad de todos*”. A Estratégia identifica as ameaças e riscos mais importantes para garantir a segurança do país, bem como as opções de resposta nos distintos âmbitos de atuação: o terrestre, o marítimo, o aéreo, o espacial, o ciberespaço e o informativo. No documento sublinha-se que as disfunções da globalização, os desequilíbrios demográficos, a pobreza e a desigualdade, as alterações climáticas, os perigos tecnológicos, e as ideologias radicais e não democráticas, são fatores transnacionais que podem potenciar os efeitos das ameaças e riscos e , ainda, mudar a sua natureza (EES, 2011, pp. 33-39).

Estes fatores estiveram entre as causas da origem dos acontecimentos ocorridos no Norte de África, uma zona prioritária para Espanha (EES, 2011, p.29), e que ficaram reconhecidos pela “Primavera Árabe”. Em Dezembro de 2010 após a autoimolação de Mohamed Bouazizi, em uma forma de protesto na Tunísia, iniciou-se uma onda de instabilidade que atingiu a Argélia, a Jordânia, o Egito e o Iêmen, propagando-se rapidamente pelo norte de África e Médio Oriente. Estas revoltas, junto aos resultados das eleições na Tunísia, Marrocos e o Egito e as suas implicações geopolíticas têm chamado a atenção global.

Segundo a Ministra espanhola de Negócios estrangeiros na altura, “estamos a viver um facto histórico, no qual não só estava em causa o futuro do mundo árabe, mas também o da Europa e, muito especialmente, o da Espanha”.<sup>1</sup> (Jiménez, 2011, p.1). Neste sentido, o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico salientou que a Primavera Árabe é o fenómeno mais importante do século XXI, com consequências no longo prazo mais importantes do que o 11 de setembro ou a crise financeira de 2008. Aliás, existe incerteza

---

<sup>1</sup> Tradução do autor



no resultado uma vez que os acontecimentos ainda estão numa fase inicial (Alistair, 2012) e não sabemos quanto tempo vai precisar cada país para a culminação do processo (Jiménez, 2011, p.1).

Dentro do enquadramento geral da segurança espanhola, é particularmente importante, não só a estabilidade da zona, mas a consolidação da liberdade, a justiça e a prosperidade da margem sul do Mediterrâneo (Rajoy, 2011, p.5).

É no contexto explanado anteriormente que nos surge o tema ora proposto, ou seja, a determinação se as mudanças que ainda estão a decorrer, e conhecidas pela “Primavera Árabe”, tem transformado os cenários, riscos e ameaças, nos quais se baseia a Estratégia Espanhola de Segurança. A magnitude e a surpresa das mudanças acontecidas nos países árabes obrigam a refletir sobre as suas causas e a sua evolução, uma vez que, há uma necessidade de conhecer o que é que deve ser feito face a ditas mudanças.

Neste sentido, o trabalho tem importância porque apresenta-se como uma forma integrada, uma análise das causas e atores das revoltas da margem sul do Mediterrâneo, com a finalidade de poder identificar quais os fatores que marcarão a evolução das tendências nos cenários possíveis. A comparação da situação decorrente da evolução destas tendências nos cenários apresentados, e a sua influência nos fatores catalisadores das ameaças e riscos à segurança espanhola, permitir-nos-á determinar os desafios numa situação em evolução.

Da nossa pesquisa e leituras exploratórias do que já existe publicado, não verificamos a existência de qualquer trabalho anterior que aborde em conjunto o tema proposto.

Relativamente à bibliografia sobre a evolução do conceito de segurança existe variada documentação, seja ao nível político seja ao nível dos especialistas em segurança e académicos, para basear o trabalho. A apresentação da estratégia de segurança em Espanha será baseada no próprio documento “*Estrategia Española de Seguridad. Una responsabilidad de todos*”. Com respeito às revoltas árabes, sendo um fenómeno ainda a acontecer, existe documentação de análise das causas e dos acontecimentos, principalmente artigos de opinião em imprensa especializada. Os cenários utilizados nesta investigação estarão fundamentados na análise de cenários publicados pelo *Real Instituto Elcano* (Arteaga, 2011). Aliás, continuam a aparecer publicações relativas aos acontecimentos que ainda estão a ocorrer. Assim sendo, no período abrangido pelo trabalho não existe bibliografia de análise das consequências do fenómeno que ainda não finalizou.



O objeto de estudo do presente trabalho é a Estratégia Espanhola de Segurança. Focamos a nossa atenção nas ameaças e riscos aos interesses espanhóis procedentes do Norte de África como consequência das revoltas a decorrer. Pela sua abrangência, no presente trabalho não é avaliado o impacto, quer nos países das revoltas quer na própria segurança espanhola, da situação de crise económica e financeira dos países da margem norte em geral, e da Espanha em particular. Também não é avaliada a eficácia e adequação das linhas de resposta previstas na EES para enfrentar as novas ameaças e riscos. Relativamente às delimitações geográficas, o presente trabalho limita-se às revoltas acontecidas nos países da margem sul do Mediterrâneo incluídos na Política Europeia de Vizinhaça. Deste modo, efetuaremos o estudo geral dos atores, dos problemas, dos acontecimentos e das causas, fornecendo uma visão de conjunto mas considerando as especificidades de cada um.

Quanto à delimitação temporal, a investigação focar-se-á nos acontecimentos entre dezembro de 2010 e dezembro de 2011, e apresentará a prospectiva e a análise do seu impacto no curto prazo, que estimamos em cinco anos, sendo o período previsto para a próxima revisão da Estratégia Espanhola de Segurança.

A presente investigação visa – como objectivo geral – determinar quais são os desafios da “Primavera Árabe” à Estratégia Espanhola de Segurança. Tendo definido o objectivo geral, o presente trabalho tem também objectivos específicos, os quais, permitirão ajudar a atingir o objectivo geral. Primariamente, considera-se necessário fazer uma introdução teórica para esclarecer e delimitar o conceito de segurança nas novas abordagens, assim como as circunstâncias gerais que ajudem a compreender o contexto no qual a estratégia de segurança espanhola foi desenvolvida. Seguidamente, pretendemos apresentar a Estratégia Espanhola de Segurança com o fim de conhecer quais os interesses nacionais, quais as ameaças e riscos à segurança espanhola e quais os fatores potenciadores do risco. Outro objetivo é compreender melhor as revoltas árabes. Por um lado, pretendemos conhecer os atores, compreender os seus problemas comuns e explicar as possíveis causas dos protestos. O quarto objetivo é definir as tendências que caracterizam as mudanças e apresentar os possíveis cenários. Concorrentemente, pretendemos confrontar as tendências de mudança destes cenários com os fatores potenciadores de riscos e ameaças definidos na Estratégia Espanhola de Segurança (Anexo C), com o fim de fazer uma análise comparativa crítica.



Tendo delineado e atingido sequencialmente estes objectivos, estamos pois em condições para determinar os desafios que a “Primavera Árabe” apresentam para a Estratégia Espanhola de Segurança.

Para o desenvolvimento do presente trabalho de investigação propomos a seguinte Questão de Partida (QP):

QP: Quais os desafios da “Primavera Árabe” à Estratégia Espanhola de Segurança?

Para nos ajudar a atingir os objectivos específicos, propomos as seguintes Questões Derivadas (QD):

QD1: Qual o conceito de segurança que o governo da Espanha considerou para o desenvolvimento da sua estratégia?

QD2: Quais as ameaças e riscos aos interesses nacionais na Estratégia de Segurança Espanhola?

QD3: O que é a Primavera Árabe?

QD4: Quais as tendências de mudança nos possíveis cenários futuros dos países da margem sul?

Em Anexo A pode ser consultada a Linha de Orientação Metodológica.

Assim, entendemos que a presente investigação poderá fornecer um contributo importante pois,

Neste sentido, o trabalho tem importância porque permite uma melhor compreensão do atual conceito de segurança espanhol e apresenta três cenários nos quais a evolução e combinação de fatores permitirão avaliar os desafios das revoltas árabes à segurança espanhola, sobretudo se considerarmos a existência duma série de circunstâncias e acontecimentos que não estavam patentes durante a elaboração da EES.

No primeiro capítulo, analisamos a evolução do conceito de defesa e de segurança nacional, definimos a estratégia de segurança como a ferramenta para garanti-la, e apresentamos como os estados procuram a segurança no contexto internacional. No segundo capítulo centramo-nos na estratégia de segurança de Espanha, com a definição dos interesses nacionais, que são a guia da política de segurança, e analisamos as ameaças e riscos, os fatores catalisadores das ameaças e as capacidades do estado espanhol para garantir a segurança. No terceiro capítulo, mostraremos os países da Primavera Árabe e as causas das revoltas. No quarto capítulo, analisaremos as tendências das mudanças aplicadas, quer no cenário base ou atual, quer nos cenários possíveis apresentados. Após este percurso, estamos em condições de apresentar os desafios a estratégia de segurança espanhola e conclusões.



## **1. O conceito de Segurança.**

Neste capítulo pretendemos apresentar a transformação experimentada nas últimas décadas quer no conceito de defesa nacional quer no conceito de segurança, assim como as soluções que os países procuram para garantir a sua segurança num contexto internacional em evolução. Nas últimas décadas o mundo tem vivido dois eventos singulares que marcaram a transformação das Relações Internacionais e das nossas sociedades, o fim da Guerra Fria e os atentados terroristas do 9/11 nos EUA, de tal modo que, a medida que as sociedades e as relações internacionais se transformaram, a forma de pensar a segurança também evoluiu (Tomé, 2010, p.34).

### **1.1. Da evolução do conceito de defesa nacional e do conceito de Segurança.**

O conceito de defesa nacional tem sofrido várias evoluções ao longo do tempo. Do conceito tradicional, no qual o âmbito da defesa nacional confundia-se com a defesa militar, passamos ao conceito moderno, que era um conceito mais amplo que contemplava a coordenação de várias áreas das quais a militar constituía apenas uma delas. O conceito atual é o conceito integrado, no qual as várias áreas são integradas de forma sistémica. (Ribeiro, 2009, p. 57).

Neste sentido, defesa nacional foi definida pelo IDN, como o “conjunto de medidas e ações, adequadamente integradas e coordenadas, que, globalmente ou sectorialmente, permitem fortalecer a capacidade da Nação, com vista a alcançar a segurança nacional, procurando criar as melhores condições para a prevenção e combate de quaisquer ameaças que, direta ou indiretamente, se oponham à consecução dos objectivos nacionais”(Ribeiro, 2009, p.55).

O conceito de segurança também tem sido objeto de uma profunda renovação conceptual (Ribeiro, 2009, p.48). Durante grande parte da Guerra Fria, o objeto de proteção foi o território, o tipo de perigo foi a agressão exterior, os potenciais agressores foram os Estados e o tipo de resposta foi militar. Esta concepção estava baseada num modelo “realista” das relações internacionais, centrado no Estado como o principal fornecedor de segurança. Se o Estado estava seguro também estavam seguros aqueles que moravam nele. Assim, o Estado protegeria principalmente a sua soberania, independência e integridade territorial contra a violência direta ou a coerção de outros Estados. A segurança estava monopolizada pela dissuasão e a defesa, e garantida pelo aumento da potência militar e o poder económico do Estado que aplicava a lógica de “equilíbrio do poder” (Enseñat, 2009, p.11). Durante os últimos anos da Guerra Fria o conceito de



segurança iniciou um processo de redefinição para fazer face às ameaças além das militares, no sentido estrito, e abordar ameaças e riscos multidisciplinares. Aliás, a tradicional diferenciação entre as dimensões “interna” e “externa” da segurança começou a estar claramente diluída. Devido a esta evolução, a abordagem tradicional da segurança focalizada no Estado, nas temáticas da *high politics*<sup>2</sup> e no instrumento militar foram severamente contestadas (Tomé, 2010, p.35).

Com o fim da Guerra Fria, o conceito foi revisto pelas Nações Unidas. O Relatório Anual sobre Desenvolvimento Humano de 1994, no quadro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), propôs o conceito de “Segurança Humana”. O relatório faz uma crítica da concepção tradicional da segurança ao afirmar que a segurança tem sido interpretada de maneira muito restrita, relacionada mais com o Estado-Nação do que com as pessoas. São definidas sete categorias para as ameaças contra a segurança humana: Segurança económica, Segurança alimentar, Segurança em matéria de saúde, Segurança ambiental, Segurança pessoal, Segurança da comunidade e Segurança política.

O conceito de segurança humana foi criticado pela sua excessiva abrangência e escasso valor operacional. Porém, encontrou uma aplicação prática com o desenvolvimento do conceito da “direito de ingerência”. O conceito inclui a responsabilidade de prevenir, a responsabilidade de atuar e a responsabilidade de reconstruir, e centra a sua atenção na proteção das pessoas. A Comunidade Internacional é responsável último de garantir dita proteção.(Enseñat, 2009, p. 12).

Atualmente, na definição do conceito de Segurança são vários os termos utilizados, nomeadamente a segurança é definida como uma situação (Ballesteros, 2003, p.38), uma condição (Charles-Philippe David, citado por Ribeiro, 2009, p.55) um fenómeno psicológico e objetivo (Ribeiro, 2009, p.54) ou um sentimento (Barrento, 2010, p. 180). Assim sendo, a segurança tem uma componente objetiva e uma componente subjetiva, cujo sujeito é político e social. Segurança significa, assim, “a proteção e a promoção de valores e interesses considerados vitais para a sobrevivência política e o bem-estar da comunidade, estando tanto mais salvaguardada quanto mais perto se estiver da ausência de preocupações militares, políticas e económicas” (Tomé, 2010, p. 46).

Na atualidade, é frequente encontrar os conceitos de segurança e defesa juntos apresentados como um conceito mais alargado e moderno. A segurança é a finalidade a

---

<sup>2</sup> Citado por Tomé, James Wirtz retrata como *high politics*: guerra e paz, cimeiras diplomáticas, dissuasão nuclear, controlo de armamentos, alianças militares, defesa de “interesses nacionais” e integridade estatal; e como *low politics* – ambiente, energia, fluxos migratórios, sobre população, saúde, subdesenvolvimento, etc.



atingir e a defesa é o conjunto de instrumentos, medidas e ações para garanti-la. (Feliú, 2012, p.2), “fica assim claro que defesa nacional é o ato, e a segurança nacional o resultado” (Ribeiro 2009, p.59). Aliás, Pedro Correia citado por Ribeiro (2009, p.58) afirma que os conceitos de segurança e defesa distinguem-se na sua aplicação e no seu âmbito, “na aplicação, a defesa enfrenta ameaças e a segurança enfrenta riscos, que incluem as ameaças que vão mais além. Quanto ao âmbito, o da segurança é mais abrangente pois visa a eventualidade de riscos no interior ou no exterior do espaço nacional, quanto a defesa apenas visa ameaças no interior do espaço nacional”.

Em resumo, o conceito de segurança é uma condição que alarga-se além do próprio Estado, é multilateral. A evolução do conceito de segurança indica uma diversificação do tipo de perigo, da origem do mesmo e do objeto de proteção. A segurança é multidisciplinar. No entanto, é necessário redefinir a estratégia para garanti-la, sendo esta a ferramenta que é utilizada para atingir os objetivos da segurança e da defesa (Ballesteros, 2003, p.33). Esta estratégia de segurança tem de ser integral abrangendo o carácter multidisciplinar e multilateral do conceito de segurança.

## **1.2. Estratégia de Segurança Nacional**

Conforme a evolução do conceito de segurança, as estratégias de defesa do século XX tem evoluído às Estratégias de Segurança atuais, que abrangem um espaço mais alargado que se afasta progressivamente do território da soberania.

A Estratégia de Segurança Nacional é a ferramenta para atingir a Segurança Nacional. Segundo Ballesteros (2003, p.38) a Estratégia de Segurança Nacional “é a arte pela qual todas as energias e forças da Nação são dirigidas, orientadas e coordenadas faz a preservação dos interesses nacionais”. Os interesses nacionais tem de ser protegidos fora e dentro do nosso território onde, como já foi referido, a maioria dos riscos atuais são transnacionais.

É ponto de partida para o planeamento estratégico ter uma definição muito clara dos objetivos que deverão ser atingidos, objetivos esses que decorrem de um planeamento político feito a montante. Do planeamento político deve sair uma clarificação dos objetivos e diretivas que habilitem o escalão estratégico a fazer o seu planeamento (Barrento, 2010, p.193-94). A Estratégia de Segurança Nacional deve ser partilhada por governantes, população e Forças Armadas. Ballesteros (2003, p.49) refere assim Clausewitz, que considerou os três elementos essenciais da guerra têm de ter um objetivo comum .



Neste contexto de segurança, nenhum país consegue atingir a segurança desejada por si próprio. A solução é a integração em organizações internacionais de segurança (Ballesteros, 2003, p.40). A Estratégia de Segurança procura sempre a referencia chave das leis internacionais e a atuação em coligação e, se fosse possível, a segurança coletiva. Assim sendo, a estratégia de segurança nacional deve estar alinhadas com o Conceito Estratégico da Aliança Atlântica e a Estratégia Europeia de Segurança.

Para o melhor conhecimento da nossa segurança nacional e a definição das estratégias tem de ser considerados os interesses nacionais partilhados com outras potências e os não partilhados; os riscos desses interesses e o grau de cobertura e os meios, materiais e morais, a disposição da Estratégia de Segurança Nacional, incluindo a tecnologia e recursos financeiros, para adaptarmos os meios aos objetivos (Ballesteros, 2003, p.41).

Quanto aos meios, a estratégia de segurança exige umas capacidades diferentes das da estratégia de defesa, na qual o poder militar era essencial. Na estratégia de Segurança, as forças militares trabalham em colaboração com outras capacidades como as diplomáticas, económicas, forças de segurança, adquirindo grande importância as informações. Aliás, a aplicação da estratégia de segurança numa fase prévia do que a defesa, necessita dum potencial de informação maior para identificar o agente hostil, as suas possibilidades e as modalidades de atuação. (Ballesteros, 2003, p.44).

À estratégia total cabe, como se referiu, unificar, de forma coerente, todo o sistema estratégico. Tal deve ser entendido, não como uma simples soma ou justaposição de estratégias, mas sim, numa óptica sistémica, como a integração das várias estratégias gerais, com as suas interações (Couto, 1988, p. 118). Assim a Estratégia de Defesa Nacional e, num patamar inferior, a Estratégia Militar, todas trabalham em benefício da Segurança nacional. No conflito, a Estratégia Militar procura ganhar a guerra ou resolver o conflito. A Estratégia de Segurança Nacional procura “ganhar a paz”. (Ballesteros, 2003, p.49-61).

### **1.3. A forma de os Estados garantirem a Segurança**

Os estados não podem garantir isolados a proteção dos interesses nacionais que dão corpo à segurança nacional. Para abarcar os interesses nacionais mais amplos os Estados tem de procurar soluções regionais e internacionais para conter os efeitos das novas ameaças alargadas (Riberio, 2009, 49-50). Particular relevância assumem, pois, as concepções em torno dos sistemas de segurança competitiva, segurança comum, segurança cooperativa, segurança colectiva e comunidade de segurança (Tomé, 2010, p. 41-44).



A segurança competitiva é a visão tradicional, inspirada no realismo, que considera o sistema de segurança internacional competitivo por natureza. Cada Estado tem a preocupação central da sua segurança, num contexto internacional anárquico no qual “não há uma autoridade superior que garanta a sobrevivência e desconfiando e temendo das ambições dos outros” (Tomé, 2010, p. 41). Dentro deste quadro, o realismo considera que há margem para a cooperação entre Estados em matéria de segurança e defesa na chamada defesa colectiva<sup>3,4</sup>.

A segurança comum<sup>5</sup>, o argumento é que a segurança deve ser alcançada concertadamente, com a abordagem de estratégias não competitivas e com um objetivo comum que é a sobrevivência da Humanidade. Ela é apenas uma das formas possíveis de uma muito mais abrangente segurança cooperativa.

A segurança colectiva, inerentemente focada nos assuntos militares, baseia-se na ideia de que todos os membros do grupo renunciam ao uso da força entre eles e que se comprometem a auxiliar prontamente qualquer membro se este for atacado.

A segurança cooperativa<sup>6</sup> baseada na premissa de que a segurança não pode ser imposta ou alcançada por uns a outros e que tem de ser baseada em instituições e normas comuns que se espera sejam respeitadas. É a segurança através da cooperação, baseado na indissolubilidade e interdependência da segurança dos Estados membros, os quais comprometem-se não acrescentar a sua segurança à custa dos outros e a abordarem mediante a cooperação todos os assuntos de segurança militar, económicos, sociais, médio ambientais, culturais e humanitários.(Enseñat, 2009, p.13)

Comunidade de segurança, onde existe um grau mais profundo e qualitativamente superior de multilateralismo e institucionalismo e cujo *membership* é mais restrito e bastante regulado. Não há exceção para o uso da força entre os membros da comunidade e ela torna-se ilegítima como instrumento da política entre os Estados que a compõem: nesta perspectiva, a segurança é colectiva por definição.

---

3 Vários Estados confrontados com uma ameaça comum proveniente de outro Estado ou coligação associam-se para, somando as capacidades respectivas, conjuntamente melhor se defenderem, dissuadirem ou vencerem o inimigo/adversário (Tomé, 2010, p.42)

4 A UE cita no Tratado de Lisboa o compromisso da defesa colectiva dos Estados membros face a uma agressão armada no território de quaisquer deles.

5 Em 1982, a Comissão independente sobre assuntos de desarmamento e segurança, presidida pelo ex-primeiro ministro sueco Olof Palme

6 Baseando-se na segurança comum, a Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) desenvolveu o conceito de “Segurança Cooperativa”.



A *Smart Defence* é o conceito surgido no seio da OTAN para melhor aproveitar os recursos dos Estados membros<sup>7</sup> no desenvolvimento, aquisição e manutenção das capacidades militares necessárias para fornecer a segurança segundo o novo conceito estratégico da OTAN.

Da análise dos Estados e da realidade internacional contemporânea pode-se concluir que há elementos de segurança competitiva, segurança colectiva, segurança cooperativa e comunidade de segurança. Concorda-se pelo anteriormente apresentado, com a conclusão de Tomé (2010, p. 46) pois não há apenas um sistema mas um complexo de sistemas de segurança.

---

<sup>7</sup> Por meio do *pooling and sharing*, estabelecimento de prioridades e a coordenação de esforços entre estados.



## **2. A Estratégia Espanhola de Segurança**

No presente capítulo pretendemos caracterizar a Estratégia Espanhola de Segurança. Nesse sentido, para melhor compreendermos a nossa estratégia de segurança nacional analisamos de forma breve os interesses nacionais; as ameaças e riscos desses interesses e as capacidades a disposição da Estratégia de Segurança Nacional.

Em Junho de 2011 o conselho de Ministros publicou a primeira Estratégia de Segurança Nacional com o título de “*Estrategia Española de Seguridad. Una responsabilidad de todos*”. A publicação da Estratégia Espanhola de Segurança (EES) significa que foram superadas visões obsoletas nas quais a segurança e a defesa dos espanhóis eram responsabilidade exclusiva das Forças e Corpos de Segurança do Estado e das Forças Armadas.

Até agora, as sucessivas diretivas de defesa nacional tinham orientado a política de defesa dos últimos governos, as quais apresentavam como principal lacuna a falta de implicação do conjunto das administrações do Estado num aspecto essencial para a Nação como a Segurança e a Defesa. Aliás, as diretivas não tinham estabelecido um horizonte temporário amplo que fornecesse a necessária estabilidade numa matéria tão sensível.

A grande novidade do documento é que Espanha dispõe de uma estratégia de segurança para alinhar na mesma direção todos os elementos das administrações públicas, as organizações sociais e o sector privado, o seja, toda a sociedade. A EES tem sido elaborada pelos ministérios e organismos relevantes no âmbito da segurança, os diferentes partidos políticos, o sector privado e a sociedade civil, o seja, a Estratégia Espanhola de Segurança é partilhada pelos governantes, populações e Forças Armadas (Ballesteros, 2003, p.49). Aliás, a EES estabelece delimitações temporais, com o horizonte de utilidade de dez anos e revisão cada cinco anos ou quando as circunstâncias exigissem-no.

A Estratégia Espanhola de Segurança está alinhada com a Estratégia Europeia de Segurança, sendo a UE o enquadramento de referência mais importante da posição espanhola no Sistema Político Internacional. Para garantir esta complementaridade, A EES foi elaborada sob a direção de Javier Solana, que foi o responsável do desenvolvimento da Estratégia Europeia de Segurança atual e do Conceito Estratégico da OTAN de 1999.

### **2.1. O conceito de segurança espanhol.**

Na linha com o conceito da UE, a segurança é portanto um conceito multilateral, pois não depende apenas de um país e é multidimensional, pois não depende unicamente da resposta militar. A base das diretrizes e linhas estratégicas necessárias para fortalecer a



segurança e bem-estar dos espanhóis são o conhecimento dos interesses vitais e estratégicos, a análise das ameaças e riscos que os afectam junto com as capacidades de resposta existentes.(EES,2011, p.41)

A seguir, para a melhor compreensão do conceito de segurança espanhol e da sua abrangência vamos a responder as perguntas seguintes: “Qual o objecto da segurança ou que entidade deve ser segura (segurança de quem)?; Qual a natureza ou o tipo de ameaças, riscos e desafios (segurança face a quê ou a quem)?; e Qual o agente de segurança (segurança por quem) e com que meios (instrumentos de segurança)?” (Tomé, 2010, p.34).

A EES define como objetivo garantir a segurança de Espanha e dos seus cidadãos e habitantes, incluindo, implicitamente, os seus interesses e os valores que representam.

É o Governo quem tem a responsabilidade essencial de garantir a segurança. Porém, também são responsáveis a administração geral do Estado, às comunidades autónomas, à administração local e a sociedade no seu conjunto, cidadãos, organizações sociais, empresas e meios de comunicação.

## **2.2. Os interesses nacionais de Espanha**

A EES define quais os interesses nacionais (2011, p.16-17) e salienta que Espanha participa na ordem internacional com interesses nacionais, regionais e globais a impulsar e defender. Destacava Barrento (2010, p.181) que “aquilo que faz correr os Estados é o interesse e não os princípios e as boas intenções. A importância do interesse é que ele é o grande aferidor das ações políticas e estratégicas”. Neste sentido, “a política de segurança de Espanha estará sempre guiada pela defesa dos nossos interesses vitais e estratégicos e dos nossos valores” (EES, 2011, p.16).

Os interesse vitais são os interesses relativos aos direitos fundamentais e os relativos aos elementos constituintes do Estado. São direitos fundamentais: a vida, a liberdade, a democracia, o bem-estar e o desenvolvimento dos espanhóis; e são elementos constituintes do Estado: a Soberania, a independência e integridade territorial, o ordenamento constitucional e a segurança económica (EES, 2011, p.16).

São interesses estratégicos os relativos à consecução de um ambiente pacífico e seguro, nomeadamente, a consolidação e bom funcionamento da UE, a instauração duma ordem institucional estável e justa, de paz, segurança e respeito pelos direitos humanos, a preservação da liberdade de comercio e comunicações, e uma relações construtivas com a nossa vizinhança (EES, 2011, p.16).



Como limitação e garantia, a defesa dos nossos interesses deve ser feita dentro do quadro de valores democráticos e do Estado de Direito. Os valores são expressão das convicções da nossa sociedade e estão recolhidos na Constituição Espanhola e na Carta das Nações Unidas, nomeadamente a defesa da paz, a liberdade, a tolerância, a solidariedade, a sustentabilidade e o progresso global, e a preservação duns modos de vida encostados pelo Estado do bem-estar (EES, 2011, p.16).

### **2.3. As ameaças e riscos**

Na atualidade enfrentamos ameaças e riscos<sup>8</sup> transversais, interligados e em transformação. Aliás, coexistem ameaças e riscos clássicos, outros novos e outros ainda desconhecidos (EES, 2011, p.41-79). Tomé (2010, p. 36) salienta que «as ameaças à segurança não se restringem às fronteiras nacionais, estão relacionadas entre si e devem ser encaradas nos planos tanto nacional como intraestatal, regional e internacional». Na ausência de uma autoridade superior, os Estados, como não confiam inteiramente uns nos outros<sup>9</sup>, mantêm as suas capacidades de defesa contra ameaças, a fim de diminuírem a sua vulnerabilidade e aumentarem a sua segurança.(Ribeiro, 2009, p.50-51)

As ameaças e riscos apresentados a seguir, materializam-se em âmbitos determinados que é necessário proteger, sendo essencial desenvolver as capacidades adequadas para poder atuar neles. A Estratégia Espanhola de Segurança (2011, p.41-43) identifica seis âmbitos ou ambientes específicos, a saber, terrestre, marítimo, aéreo, espacial, ciberespaço e informativo.

#### **2.3.1. Conflitos armados convencionais**

A nossa situação geográfica, incluindo as Cidades Autónomas, além de outros territórios, e a nossa história, fazem que o território, populações e interesses espanhóis possam estar diretamente comprometidos. Espanha considera a hipótese de participar isolada num conflito armado e julga necessário manter uma capacidade de defesa própria para poder participar em diferentes tipos de conflitos armados, nos quais os parceiros e aliados podem não estar diretamente implicados. “Para Espanha não há nenhum interesse vital que tenha um risco mais elevado do que o território espanhol do norte de

---

<sup>8</sup> Ameaça é todo agente que ponha em causa a segurança e estabilidade de Espanha. O risco é a probabilidade de uma ameaça se materializar ocasionando dano (EES, 2011, p.41).

<sup>9</sup> Como refere Ribeiro (209, p.52) O dilema da segurança resulta da situação de anarquia em que o sistema internacional de Estados se encontra. Tentando aumentar a sua segurança, pela adopção de políticas que desenvolvem as respectivas capacidades militares, os Estados, inadvertidamente, levam a que outros se sintam menos seguros.



África”(Weber, 2011, p.19). Este risco não só é permanente, mas também depende da gestão política, sendo susceptível de escalar a conflito bélico (RED, 2003, p. 145-146).

Além disso, Espanha considera a participação junto a parceiros e aliados na defesa dos interesses nacionais, europeus e ocidentais como resultado dos vínculos que nos ligam e dos interesses e obrigações de defesa mútua no quadro da UE, a OTAN e das relações bilaterais estratégicas. Aliás pode participar nas missões internacionais da ONU e a OSCE.

No contexto económico atual, é de salientar a importância da racionalização das despesas para confrontar as ameaças e riscos. Deve ser um esforço coordenado com os nossos aliados e parceiros, aproveitando os instrumentos europeus existentes e o desenvolvimento em comum de capacidades para o melhor uso dos limitados recursos disponíveis.

### **2.3.2. O terrorismo**

O terrorismo é uma ameaça direta à vida e a segurança dos cidadãos, que pretende debilitar as nossas instituições democráticas e põe em risco os nossos interesses estratégicos, infraestruturas, recursos e serviços críticos.

Espanha pode ser alvo do terrorismo internacional devido a varias causas, nomeadamente, ao aumento da implicação nas missões internacionais; a visão dada pelos grupos fundamentalistas islâmicos de Espanha como parte do Islão, incluindo a reivindicação do *Al-Ándalus* muçulmano desaparecido há mais de cinco séculos; à proximidade do Magrebe, que está a sofrer grandes tensões pelas forças demográficas, políticas, económicas e do extremismo violento; à existência de Estados falhados, que é muito preocupante no caso da África Subsaariana pela sua proximidade geográfica às costas espanholas, que facilita o desenvolvimento e as atividades de grupos terroristas; ao possível “efeito contágio” das ideologias radicais nos grupos de população vindos das zonas em conflito, sobre todo os habitantes da segunda geração e à crescente interligação das atividades do crime organizado com as ações e métodos dos grupos terroristas (EES, 2011, p.49). O objetivo prioritário da Espanha e da Europa é prevenir, impedir e derrotar o terrorismo seja de origem nacional, seja transnacional.

### **2.3.3. O crime organizado**

O crime organizado é uma das ameaças mais graves para a segurança do Estado e dos seus cidadãos pois afetam à estabilidade dos fundamentos políticos e económicos das sociedades. Aliás, uma vulnerabilidade da nossa sociedade é que a percepção pública da ameaça do crime organizado é subestimada (EES, 2011, p.53). São atividades destes



grupos o tráfico de drogas, armas e seres humanos, a delinquência económica e o branqueio de capitais, o contrabando de bens lícitos ou ilícitos, os delitos tecnológicos ou a falsificação de moeda. A ONU(2012) estima que o volume de negocio do crime organizado é do 3,6% do PIB mundial.

A crescente interligação(de Salazar, 2011, p.39) com o terrorismo e a proliferação de armamentos é um potenciador de ambas ameaças (Weber, 2011, p.24).

#### **2.3.4. A insegurança económico financeira**

A EES(2011, p.55) salienta que a segurança económica é parte integral e requisito essencial da segurança nacional. O Estado e os agentes económicos são responsáveis de garantir a integridade dos mercados, a fortaleza do sistema financeiro e a segurança do comercio e fomentarem o crescimento económico equilibrado.

As ameaças e riscos à segurança económica podem ter origem em fatores como a interdependência económica, os desequilíbrios e a volatilidade dos mercados, a especulação, as crises financeiras, falhanços nas infraestruturas críticas ou em atividades criminosas (EES, 2011, p.55).

A falta de segurança económica e as crises sistêmicas podem gerar protecionismo económico ou nacionalismo (Garcia-Margallo, 2012). O rápido crescimento das economias emergentes e a competência pelos recursos pode afetar ao normal abastecimento e provocar variações no preço dos mesmos.

#### **2.3.5. As ciberameaças**

A cibersegurança é fundamental na nossa sociedade e no nosso sistema económico (EES, 2011, p.65). A interligação global e a importância dos sistemas informáticos na economia faz que a estabilidade e a prosperidade económica do país dependa da segurança do ciberespaço, pois os ciberataques podem colocar em risco às infraestruturas críticas.

As ameaças ao sistema podem ser por causas técnicas, de fenómenos naturais ou ataques ilegais. Os agressores podem ser terroristas (ciberterrorismo), o crime organizado (ciberdelinquência), as empresas (espionagem industrial), os Estados (ciberguerra) (Sánchez de Rojas, 2011, p.48) ou intervenção social (“ciber-activismo”, “ciber-hacktivismo”, “ciber-vandalismo” ou “ciber-graffiti”) (Nunes, 2011).

Há fatores legais e tecnológicos que aumentam as hipóteses de as ciberameaças se materializarem. A falta de uma legislação comum e a crescente interligação à internet favorecem o anonimato e dificultam o rastreio dos ciberataques, os quais impedem a luta



efetiva contra as ciberameaças, aumentado os riscos principalmente sobre as infraestruturas e serviços críticos (EES, 2011, pp.65-66).

### **2.3.6. As Armas de Destruição Massiva**

A proliferação de armas de destruição massiva<sup>10</sup>, e dos seus sistemas de lançamento, representam uma das grandes ameaças dos nossos tempos, quer para Espanha quer para a comunidade internacional especialmente se estão disponíveis aos grupos terroristas transnacionais (Sánchez de Rojas, 2011, p.47)

Relativamente à proliferação horizontal<sup>11</sup>, salientam-se os programas nucleares da Coreia do Norte e do Irão. O caso iraniano poderia ocasionar uma corrida de proliferação nuclear no Médio Oriente e no Mediterrâneo (EES, 2011, p.62).

A proliferação também está ligada ao terrorismo. É sabido que Al-Qaeda procura materiais nucleares, mas sobretudo radiológicos, biológicos e químicos. A evolução das zonas politicamente instáveis, com redes de tráfico ilegais e presença de células terroristas jihadistas, como acontece no Sahel ou na Ásia Central podem afetar gravemente a nossa segurança.

### **2.3.7. As emergências e catástrofes**

As situações de emergência e catástrofe podem ser o resultado de fenómenos naturais, da atividade humana ou uma combinação de ambas. Os fenómenos meteorológicos adversos podem pôr em causa a segurança das populações. As ameaças e riscos de origem natural em Espanha são bem conhecidas. As mais comuns são as cheias e os incêndios florestais. Mas também tem de ser considerados os sismos e erupções vulcânicas, os acidentes com repercussões meio ambientais e, como país industrializado, os riscos de natureza tecnológica. Além disso, há riscos sanitários que podem afetar a economia, a segurança e o bem-estar (EES, 2011, pp. 73-74). Aliás, a responsabilidade de Espanha perante as emergências civis tem uma dimensão europeia pela “cláusula de solidariedade” do Tratado de Lisboa (UE, 2009).

### **2.3.8. Os fluxos migratórios não controlados**

Espanha tem passado de ser um país de emigração a ser um país receptor de imigrantes e aos tradicionais fluxos migratórios do norte da África e América do Sul, tem-

---

<sup>10</sup> nucleares, radiológicas, biológicas e químicas

<sup>11</sup> Existem duas formas de proliferação nuclear: Vertical, na qual os Estados com capacidade nuclear aumentam os arsenais próprios e dos aliados nucleares; e horizontal, na qual mais Estados obtêm o armamento nuclear. Segundo a Agencia de Energia Atómica há pelo menos quarenta estados com a capacidade de desenvolver em meses programas civis de armamento nuclear. (Wilkinson, 2007, p.111-16)



se juntado os da África subsaariana e do leste da Europa (Hueso, 2007, p.26). A pobreza, a desigualdade, os conflitos étnicos, a sobre-exploração dos recursos naturais, os riscos ambientais, a debilidade institucional, os regimes totalitários e os conflitos armados, são causas do aumento de fluxos migratórios irregulares. Aliás, por causa da crise económica é previsível o aumento da imigração irregular desde o continente africano, sobretudo com as atuais condições económicas, sociais e políticas.

O impacto de movimentos migratórios excessivos e não controlados em Espanha quer como sociedade de destino quer como fronteira exterior de entrada a UE tem as implicações para a segurança seguintes: a conflitualidade social, a aparição de guetos urbanos, a exploração económica dos imigrantes por organizações criminosas, a desestabilização de alguns sectores produtivos, a radicalização extremista ou a presença de populações de outros países das quais não há dados para saber a identidade ou nacionalidade (EES, 2011, p. 71).

### **2.3.9. A vulnerabilidade energética**

A segurança energética é uma componente importante da nossa segurança geral, sendo o abastecimento de energia fundamental para o funcionamento da economia e da sociedade. Espanha é um país com grande dependência energética (dependência exterior dos combustíveis fósseis do 75%), nos quais o petróleo representa o 47% da energia primaria consumida e o gás o 23,4%. Espanha importa um 56,7% dos hidrocarbonetos dos países da OPEP, o 14% da Rússia, o 11,6% de América. (CORES, 2012, p.14). O 70% da energia importada depende da logística naval (Barbería, 2011).

A dependência energética de Espanha tem serias implicações para a segurança. O sector energético apresenta dois riscos principais, a falha do abastecimento e as ameaças contra as infraestruturas e redes de transporte. Quer a garantia de fornecimento de combustíveis fósseis quer o seu preço podem sofrer importantes tensões na próxima década (EES, 2011, p.59). As causas de possíveis tensões são a grande exigência energética por parte das economias emergentes, a concentração de reservas em zonas politicamente instáveis, como o Norte de África e o Medio Oriente.

Para Espanha, a localização dos recursos energéticos numa região instável ou vulnerável à ação de grupos terroristas ou do crime organizado supõe uma ameaça direta aos seus interesses vitais e estratégicos (Weber, 2011, p.24).



## **2.5. As capacidades**

No contexto internacional atual, não é possível enfrentar as ameaças e riscos com as ferramentas tradicionais, sendo necessário estabelecer um novo modelo. Os novos modelos são uma combinação de instrumentos diplomáticos, de desenvolvimento e de defesa, onde o emprego da força militar é apresentado como uma ferramenta as vezes imprescindível. São as estratégias das três “D” da segurança (Chacón, 2011, pp).

Espanha dispõe de instrumentos para defender quer os interesses nacionais quer os interesses partilhados com os nossos aliados e parceiros, sejam o resultado das relações bilaterais seja pela pertença à UE, à OTAN, à OSCE e resto de organizações.

Os instrumentos mais importantes a empregar de forma integrada são a diplomacia, as relações económicas e comerciais, a cooperação ao desenvolvimento, a proteção civil, as Forças Armadas, as Forças de Segurança, as Informações e a estrutura adequada de tomada de decisões.

Como disse Jean Monnet (Cohen, 2011), “nada é possível sem os homens, nada pode durar na ausência das instituições”. Para garantir a segurança, além dos instrumentos multidisciplinares, é necessário dispor das estruturas adequadas na tomada de decisões. É por isso que a EES desenha um modelo institucional baseado na focagem integral das três D, por meio da criação de varias estruturas, nomeadamente o Conselho Espanhol de Segurança, a Unidade de Resposta Integrada Exterior e a Comissão Coordenadora contra o crime organizado.

## **2.6. Os fatores potenciadores das ameaças e riscos**

Nas nossas sociedades acontecem fenómenos globais que propiciam a propagação ou transformação da natureza das ameaças e riscos que enfrentamos. Estes catalisadores poderiam aumentar a nossa vulnerabilidade e que referiremos como “potenciadores”. Estes fenómenos condicionam as ameaças e riscos mas também oferecem novas oportunidades.(EES, 2011, p.33). O conhecimento e controlo dos fatores potenciadores permitir-nos-á enfrentar as ameaças e riscos desde diversas perspetivas com as capacidades existentes (Sánchez de Rojas, 2011, p.46).

Entre os fatores potenciadores do risco encontram-se fenómenos que aumentam a probabilidade das ameaças se concretizarem, nomeadamente as ideologias radicais e não-democráticas, os fatores económicos derivados das disfunções da globalização, as alterações climáticas, a pobreza e injustiça, especialmente quando é mantida em varias gerações, os desequilíbrios demográficos e os perigos tecnológicos (EES, 2011, pp.33-39).



### 3. A Primavera Árabe

Primavera Árabe foi a denominação dada ao movimento pró abertura democrática iniciado a partir do dia 18 de dezembro de 2010 na Tunísia, que tem vindo a agitar política, social e culturalmente vários países do mundo árabe, e que se caracterizou por ser uma onda revolucionária de manifestações ocorridas no Oriente Médio e no Norte da África a partir de então (Goldstone, 2011, p.329).

As revoltas aconteceram sem serem previstas (Ajami, 2012, p.1). Nem a OTAN, no seu conceito estratégico de 2010, nem os principais *Think Tanks*, nem os meios de comunicação especialistas como a revista *Foreign Affairs* estado-unidense ou o boletim russo *International Affairs* fizeram referência à possibilidade das revoltas árabes.

Há autores que localizam a origem no Irão em 2006 (Rogeyro, 2011, p.15-16), com a possibilidade duma revolta da sociedade civil semelhante às acontecidas nas revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX. Há outros, como Arístegui (2011, p.137-39) que afirmam que é no Líbano onde é ultrapassado o medo à repressão, considerando a Revolução dos Cedros como a precursora das revoltas árabes no resto de países da zona. O que parece consensual é que a “Primavera Árabe” começou antes e fora da rua árabe mas as consequências manifestaram-se nesta, a partir da revolta na Tunísia.

Respectivamente ao final do processo em análise, há quem afirma que a Primavera Árabe já passou, pois desde março de 2011 “não há no mundo árabe um avanço comum de todos os países na mesma direção” (Vaquer, 2011, p.1). “No Médio Oriente, década após década, muitas coisas acontecem mas nada muda” (Rose, 2011. p. xii). Porém, a maioria dos autores mantêm que o processo ainda está a decorrer e vivemos encima dos acontecimentos, sendo mesmo difícil analisar uma crise quando somos ao mesmo tempo os protagonistas (Rogeyro, 2011, p.140). As revoluções são o início de um longo processo no qual a estabilização do novo regime pode demorar mais de uma década (Goldstone, 2012, p.8).

#### 3.1. Os países das revoltas

##### 3.1.1. O Líbano

A revolução libanesa acontece como consequência do assassinato do ex-primeiro ministro libanês Rafiq Hariri, o 14 de fevereiro de 2005, num atentado que os investigadores internacionais atribuem ao âmbito mais próximo ao Presidente da Síria, Bashal Al-Assad, com a colaboração de Hezbollah. A vaga de indignação atingiu todo o país que levou à rua a centenas de libaneses, onde foram reprimidos pelos serviços de



informações sírios e pela Hezbollah. A revolução foi chamada a "Revolução dos Cedros", árvore mítica do país, e logrou três coisas: a retirada das tropas sírias, a investigação internacional do assassinato de Rafiq Hariri e a unidade dos libaneses que além da comunidade e da religião, desejavam paz, independência, democracia e justiça (Aristegui, 2011, pp.138-139). Porém, uma campanha invisível de terror e assassinatos, o poder de Hezbollah no terreno, e os subsídios do Irão tem neutralizado o resultado desta revolução que foi o orgulho da diplomacia da administração Bush (Ajami, 2012, p.2).

### **3.1.2. A Tunísia**

A revolta tunisina tem o seu origem nas terríveis condições socioeconómicas de uma grande maioria da população: o desemprego, o subemprego, as condições de vida, especialmente a falta de habitação e a indignação devido à corrupção das famílias próximas ao poder. Mas as exigências são, sobretudo, políticas, a falta de liberdades dos mais elementares direitos e liberdades individuais, foram o núcleo essencial dos protestos (Aristegui, 2011, p.147). As principais reclamações políticas dos protestos foram o desmantelamento do Estado, do partido presidencial e das agências de segurança; e o voto livre e universal (Rogero, 2011, p.43).

O símbolo principal da revolução tunisina foi a morte do Mohamed Bouazizi, um jovem "licenciado" em direito que autoimolou-se no dia 17 de dezembro de 2010, após o tratamento vexatório recebido pelas forças de segurança. A contestação tunisina que se iniciou de modo espontâneo, e foi propagada pelas redes sociais, caracterizou-se por não ter um líder declarado (Terrill A. 2011). Durante os protestos, as forças de segurança não controlaram às populações e o Presidente Ben Ali chamou o Exército. Porém, as chefias militares negaram-se à repressão. Este facto junto à mensagem de não apoio dos Estados Unidos, fizeram que o dia 15 de janeiro de 2011 fosse anunciado que o Presidente tinha demitido. O novo governo de Mohamed Ghannoushi convocou eleições para o 23 de Outubro de 2011 e partido único foi dissolvido o 9 de março de 2011.

O vencedor nas eleições foi o partido Al-Nahda, liderado pelo islamita moderado Rachid al-Ghannoushi, o qual governa em coligação com dois parceiros históricos (Ajami, 2012, p.5).



### **3.1.3. O Egito**

A principal razão para o derrube da ditadura do presidente Hosni Mubarak relaciona-se com problemas económicos e sociais<sup>12</sup>. Tal como na Tunísia um crescimento económico de 5 a 7 por cento ao ano coexistia com a desigualdade económica. (Pollack K, 2011 p.103). O Estado na sua política exterior aspirou à estabilidade nacional e regional e a ser um exemplo de resolução pacífica de conflitos (Rogero, 2011, p.54). Porém, esta política aprofundou a crise económica e a pobreza no país. Este facto foi aproveitado pelo islamismo que criou organizações de caridade e sociais ligadas aos Irmãos Muçulmanos. O terrorismo tem sido determinante no desenvolvimento da situação política, económica e social atual, com atentados<sup>13</sup> que provocaram grandes prejuízos ao turismo no Egito. (Arístegui, 2011, p. 158-60)

Esta situação junto à corrupção da classe dirigente e, especialmente, o clã familiar do presidente, assim como a intenção da sucessão familiar na presidência pela parte do segundo filho, Gamal, favoreceu a criação das condições para as revoltas no Egito. O regime tentou isolar o país ao cortar a ligação a internet e a sinal de telemóvel. Porém, não conseguiram isolar aos meios de comunicação tradicionais e as cadeias internacionais como Al-Arabiya, a CNN e a BBC que tiveram um papel em destaque. Aliás, as forças armadas manifestaram a negativa a intervir em contra das populações. O dia 11 de fevereiro de 2011, O presidente Mubarak demitiu, a Junta Militar, cujo chefe era o General Mohamed Hussein Tantawi, dissolveu a Assembleia e declararam a intenção de fazer eleições livres no prazo de seis meses(Arístegui, 2011, p. 162-67).

As eleições foram ganhas pelo Partido Liberdade e Justiça, braço político dos islamitas Irmãos Muçulmanos, a seguir do partido salafista Al Nur. Dois terços da assembleia ficaram sob controlo dos partidos islamitas. O Egito é uma referência regional. “O sucesso do Egito em reformar-se será um farol para os outros países” (Rogero, 2011, p.55)

### **3.1.4. A Líbia**

Inspirados nas revoltas da Tunísia e do Egito, os primeiros incidentes na Líbia, a 15 de fevereiro de 2011, foram protestos pacíficos brutalmente reprimidos pelo regime, o qual utilizou os meios de guerra contra as populações. A 26 de fevereiro a comunidade internacional aprovou a resolução 1970 do Conselho de Segurança, na qual Khadafi era advertido que a repressão poderia ser um crime de lesa humanidade. O 7 de março, quando

---

<sup>12</sup> Para o líder da oposição Amr Moussa, "a frustração é o cerne de tudo o que acontece no Médio Oriente".

<sup>13</sup> Luxor(1997), Shalm-el -Sheik 2005, Dahab 2006 entre outro



Bengasi estava na beira de cair, a resolução 1973<sup>14</sup> foi aprovada segundo a qual era imposta uma zona de exclusão aérea para proteger a população civil na Líbia e as forças rebeldes. Durante oito meses aconteceram combates que provocaram uma grande destruição e mais de 20mil mortos. A 20 de outubro de 2011, Khadafi é capturado e morto (Arístegui, 2011, p.169-177).

O governo provisional, chamado Conselho Nacional de Transição (CNT), tem uma grande diversidade ideológica e de origem dos seus membros. O CNT afirmou que a nova Constituição Líbia incluirá princípios democráticos básicos. Porém, estabelecerá o Islão como religião do Estado, a Sharia como principal fonte de direito e o árabe como língua oficial, assim como a celebração de eleições livres num prazo de 18 meses (Arístegui, 2011, p.179-181). O grande desafio é garantir a paz e a segurança, tendo em conta a grande quantidade de armas distribuídas entre a população, assim como recompor o país destruído quer nas instituições quer na economia, o desenvolvimento sanitário e da educação, restabelecer e recuperar as indústrias de petróleo e de gás que fornecem 96% das receitas pelas exportações. Aliás, a morte de Muammar Qadhafi pode não traduzir-se na criação de um governo democrático ou pode mesmo desagregar a Líbia nas diversas tribos, o qual poderá afectar os países limítrofes.

### 3.1.5. A Síria

Os exemplos da Tunísia, do Egito ou da Líbia tem facilitado que as populações Sírias ultrapassem o medo a repressão. A revolta na Síria foi despoletada após a tortura e morte de um jovem de 10 anos de idade, que, com um grupo de miúdos imitava os protestos egípcios. A 15 de março de 2011 foram convocados os protestos em Damasco e a 18 de março espalharam-se por Deir Azzor, Banis, Homs e Daraa. O governo de Bashar Assad começou a repressão através do uso de unidades de elite e das milícias pró governo shabiha com emprego de munições de guerra para acalmar os protestos. A natureza sectária dos protestos sugere que possa existir uma partição do país em volta da cidade de Latikiya com a minoria Alawita a combater com medo das represálias após 40 anos de opressão da família Assad.(Arístegui, 2011, p.197-205)

Não houve autorização de acesso aos meios de comunicação internacional e o *black-out* de internet foi eficaz. A UE tem imposto sanções ao regime sírio. O conselho de Segurança das Nações Unidas tentou aprovar uma condena ao regime sírio mas não foi

---

<sup>14</sup> A resolução 1973 do conselho de segurança da ONU foi aprovada com a abstenção da China e da Rússia, além da Alemanha.



possível pelo veto da Rússia e da China. A situação atual é de pré-guerra civil, com milhares de mortos e um grande número de deslocados e refugiados no Líbano, a Turquia e na Jordânia. Muitos países ocidentais tem retirado os seus embaixadores. A situação tem um futuro incerto.

### **3.1.6. A Jordânia**

A Jordânia é "um milagre do equilíbrio estratégico" (Rogero, 2011, p.79) e a Constituição Jordana de 1952 é uma das mais avançadas do mundo árabe-muçulmano (Arístegui, 2011, p.189). O início dos protestos foi em janeiro de 2011 em Irbid e tiveram carácter essencialmente sindical, com reclamações dos direitos dos trabalhadores, desemprego e custo da vida. As pressões foram dirigidas contra o Primeiro Ministro Samir Rifai que foi substituído pelo General Maruf Bakhit, quem recebeu a tarefa de desenhar e aprovar com caráter de urgência as reformas estruturais, económicas e políticas após a pressão da opinião pública (Arístegui, 2011, p.195). Porém, nem uma atitude bondosa das hierarquias do Estado com as populações é garante de evitar as revoltas se não são tomadas as medidas suplementares. (Rogero, 2011, p. 22). A Jordânia tem umas condições excelentes para sair da crise política e socioeconómica de forma pacífica e rápida, com um grande potencial democrático se as reformas foram profundas e estáveis (Arístegui, 2011, p.195-196). Porém, a monarquia jordana mantém um frágil equilíbrio, governada por um escol ocidentalizado, com relações difíceis com alguns sectores do mundo muçulmano (Rogero, 2011, p.21) e a sofrer as tentativas de desestabilização de Al-Qaeda<sup>15</sup>.

### **3.1.7. A Argélia**

A Argélia também teve revoltas no início de janeiro, quando jovens apoderaram-se do centro de Orão e de quatro bairros de Argel, para denunciar a subida de produtos básicos como o açúcar e o azeite. As revoltas de trabalhadores e estudantes não tiveram muito seguimento mas tiveram uma forte presença policial, como a celebrada em Argel com 2000 manifestantes e 20 mil polícias. Argélia tem graves problemas estruturais, desemprego, subemprego, salários baixos, empobrecimento das classes medias, problemas de habitação, serviços públicos insuficientes, corrupção, embora muitos dos corruptos tenham sido julgados e encarcerados. Aliás, tem problemas de terrorismo, pelo qual as boas relações com Marrocos e com o CNT da Líbia diminuiria as tensões no Magrebe. Os

---

<sup>15</sup> Os atentados terroristas de novembro de 2005, com 60 mortos e 100 feridos, além da tentativa de destruição da sede do primeiro ministro jordano, demonstrou que Al-Qaeda queria desestabilizar o Reino Hachemita e serviu para reforçar os poderes do Ministério da administração interna e do serviço das informações jordano (Arístegui, 2011, p.193)



focos de tensão no Magrebe sempre tem provocado incerteza e regressão nos processos de reforma, pois poucos querem avançar na democratização quando estão em tensão com o vizinho (Aristegui, 2011, p.212).

### **3.1.8. Marrocos**

É o país essencial na estabilidade e na segurança do Magrebe, da África e da Europa.

A improvisação e a precipitação da descolonização deixaram sem solução o problema do Saara. A solução do conflito do Saara contribuirá à normalização das relações entre Argélia e Marrocos e produziria melhoras na economia e na sociedade, além da segurança e na luta contra o terrorismo. (Aristegui, 2011, p.215). Além disso, a solução da questão do Saara é essencial para a defesa dos nossos interesses nacionais (Weber, 2011, p.20).

Os protestos em Marrocos foram pacíficos. Internet foi chave no chamado Movimento do 20 de fevereiro, onde juntaram-se jovens desempregados, a extrema esquerda, os islamitas, os salafistas e os sindicalista. As populações estavam a pôr em causa o governo e não a monarquia. Exigiam o fim da corrupção, reformas democráticas, referendo constitucional, monarquia limitada e magistratura plenamente independente (Rogero, 2011, p.43). A maioria das populações exigiram uma monarquia constitucional à europeia, com reformas constitucionais e institucionais, com uma democracia verdadeira, justiça e dignidade.(Aristegui, 2011, p.224-226)

A reforma constitucional começou o 9 de março de 2011 e foi profunda. Foi reforçado o parlamento nas suas funções legislativas e de controlo ao governo, autonomia regional, aumento dos poderes do chefe de governo, quem é chamado agora Presidente do Governo, e o reforço das liberdades fundamentais, reconhecimento da realidade berbere e a sua língua tamazight. O referendo aconteceu no 1 de julho de 2011, com uma participação do 75,48% e com o resultado de 97,6% do voto a favor.

Os marroquinos tem apostado pela evolução e não pela revolução (Aristegui, 2011, p.230). As eleições de novembro resultaram na vitória do Partido de Justiça e Desenvolvimento (PJD), partido islamita, o qual é uma mudança histórica. A participação foi do 45% do eleitorado. Ainda é cedo para saber se as reformas levam às liberdades e resolvem os problemas ou ficam apenas a serem uma mudança na constituição.



### **3.2. As causas das revoltas**

A análise dos acontecimentos nos países do norte de África permite a identificação de fatores comuns ou causas estruturais, transversais na região, que motivaram a participação das populações nos protestos (Núñez, 2012, p.306). Entre as causas estruturais salientam-se o envelhecimento dos regimes políticos (Rogero, 2011, p.143), a falta de liberdades, opressão, repressão, arbitrariedade, injustiça, falta de respeito e ausência de dignidade das pessoas mais desfavorecidas, a perseguição de algumas minorias, a repressão de algumas maiorias, o atraso económico, científico e técnico, alto nível de corrupção e a tentativa de transformar as repúblicas surgidas de regimes revolucionários em hereditárias (Aristegui, 2011,p.76).

As revoltas árabes são essencialmente movimentos espontâneos e populares, nos quais não é possível a identificação da liderança política ou religiosa (Núñez, 2012, p.306). Entre os atores destacam os jovens e a classe media com formação, que está desempregada ou vítima do subemprego (Aristegui, 2011, p.85).

O papel da internet e das redes sociais tem sido exagerado em ocidente tirando protagonismo ao papel das redes de ação social dos Irmãos Muçulmanos ou aos meios de comunicação tradicionais como Al Jazeera (Navarro, 2011, p.4). As novas tecnologias (internet, blogs e redes sociais) tem sido determinantes para que as condutas abusivas e criminosas não fiquem ocultas (Aristegui, 2011,p.94-97).

O papel das Forças Armadas é também um fator a salientar. Em função da natureza do regime, algumas forças armadas lideraram a repressão interna, outras mantiveram-se nas funções tradicionais e outras foram olhadas com desconfiança pelas forças políticas. Há casos em que os militares são parte da estrutura económica, científica, logística ou industrial do país. É o caso da Turquia, Argélia, Egito ou a Síria. Salienta-se que nos casos de não intervenção destacada das forças armadas, os regimes caíram ou aceleraram os processos de reforma. Nos países nos quais as forças armadas intervieram, a repressão aumentou e tornou-se numa luta de guerrilha ou guerra civil (Rogero, 2011, p.181). O papel das Forças Armadas vai ser determinante para garantir o processo de transição e a estabilidade no curto e meio prazo (Navarro, 2011, p.5)

No que respeita ao Islão não há motivação religiosa nas revoltas. É transversal que nenhuma das revoltas pretende extirpar a religião dos Estados em que se dá, embora a não reclamação de mudança de regime em Riade, Teerão ou Rabat pode ter a ver com o respeito pela religião dos movimentos revolucionários (Rogero, 2011, p.138). As revoltas



não são consequências dum projeto religioso. Porém, parece ser provado que há penetração nas revoltas de elementos integristas ou fundamentalistas do movimento islamita. O culto não parece ter relevância mas "mesmo que os motivos de revolta não sejam islâmicos, os revoltados são, e isso tem consequências" (Rogeiro, 2011, p.150). O islamismo político, com grande disciplina e organização interna, tem aproveitado a identidade islamita da prática totalidade das populações para tornar-se numa opção política na nova situação (Núñez, 2012, p.309).



#### **4. Os cenários das revoltas árabes**

Neste capítulo apresentar-se-á a análise de cenários desenvolvido pelo *Observatório de Crisis en el Mundo Árabe* como “uma ferramenta que ajude a compreender a situação atual (cenário base) e as alternativas (cenários possíveis) para perceber como podem evoluir os países árabes e quais as implicações para Espanha”.(Arteaga, 2011, p.3).

Trata-se dum cenário a curto prazo no qual tem sido identificadas as principais tendências das mudanças nos próximos anos. O espaço temporal dos cenários concorda com o horizonte de revisão de cinco anos da Estratégia Espanhola de Segurança. Os cenários são diferenciados porque além das particularidades nacionais e apesar de partilhar os mesmos factores estruturais de mudança, a combinação destes são diferentes em cada um deles.

##### **4.1. As tendências e fatores**

As tendências tem-se selecionado em função da sua probabilidade de atuar e da influência sobre as mudanças. Todas são estruturais, podem ser avaliadas com indicadores qualitativos ou quantitativos e influem de forma importante nos processos de mudança.

##### **4.1.1. As mudanças nos modelos de governação**

Os países árabes confrontarão no curto prazo mudanças para melhorar o governo das suas populações. Para legitimarem os governos, as mudanças devem dar prioridade ao desenvolvimento económico para reduzirem o desemprego, a pobreza e a falta de expectativas que contribuem ao mal-estar social. Os níveis de desenvolvimento são diferentes entre os países e estes necessitam melhorar a riqueza disponível e o sistema de redistribuição para fazerem face aos desafios das populações jovens, a crescente urbanização e a diminuição da imigração como saída social e individual ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo, necessitarão fazer mudanças estruturais nas formas de governo para poder melhorar os serviços aos cidadãos. A cooperação regional e internacional pode ajudar nas mudanças mas os recursos são limitados e não podem ser impostas mudanças não desejadas. É previsível que no curto prazo continue a desfasamento entre a governação e o desenvolvimento desejado e atingido.

São fatores ou *drivers* nas mudanças dos modelos de governação o défice de governação, a pobreza e desenvolvimento, a dificultosa imigração e a cooperação regional e internacional.



#### **4.1.2. A emergência das novas elites**

No curto prazo produzir-se-ão mudanças eleitorais, económicas e sociais que facilitarão a participação de novos atores que terão que competir com os atores tradicionais na determinação das novas políticas e valores. O afastamento das estruturas de corrupção, exclusão e privilégios impulsará a aparição de novas elites. Estas terão visões próprias, novos valores e modelos de estado, democracia, laicismo e outros aspectos da sua própria identidade. Esta mudança afetará às relações com as autoridades regionais e internacionais, modificando as relações tradicionais.

Os fatores ou drivers da emergência das novas elites são as eleições, as mudanças sociais e culturais, a abertura económica e as mudanças nas relações com os atores regionais e globais.

#### **4.1.3. O deterioração macroeconómica**

Apesar dos progressos na liberalização económica até um quadro de estabilidade macroeconómica, os países árabes, especialmente os não produtores de hidrocarbonetos, enfrentarão no curto prazo fortes tensões macroeconómicas no âmbito exterior (balança de pagamentos) e interior (equilíbrio orçamental e inflação) que podem aumentar a instabilidade económica e prejudicar o crescimento.

Terão menos opções para a política económica devido à queda do turismo, a queda do investimento estrangeiro direto; a saída de capitais e a volatilidade dos mercados domésticos; o possível aumento da dívida externa; o agravamento da balança comercial, a subida de preços dos produtos básicos e o financiamento das exigências sociais.

Os fatores ou *drivers* da deterioração económica são as tensões macroeconómicas, a credibilidade da política económica, a evolução dos preços alimentares e energéticos, as exigência de despesas sociais e o financiamento externo.

#### **4.1.4. A atitude social**

A atitude, a demonstração das intenções da população face à situação e às alternativas continuará a influir sobre os processos de mudanças. A indignação manifestada pela acumulação da marginalidade e repressão das populações pelos governos tenderá a diminuir segundo as reformas são aplicadas. Porém, no curto prazo, manter-se-ão os protestos sociais em exigência de direitos e liberdades (dignidade e respeito) e de medidas socioeconómicas que melhorem o bem-estar das populações. A falta de expectativas de futuro da população mais jovem tem-lhes posto a frente das mobilizações. Do resultado da aplicação das mudanças dependerá o aumento ou diminuição do mal-estar social.



Os fatores ou *drivers* da atitude social são a marginalização e repressão, as baixas esperanças no futuro e a desigualdade e corrupção.

#### **4.1.5. A influência dos fluxos e meios de informação**

A influência dos meios de comunicação social nas mobilizações que levaram às mudanças nos países árabes exprime-se pela falta de credibilidade dos meios locais. Na falta, os ativistas árabes aproveitaram as mensagens nas redes sociais e as cadeias de rádio e televisão árabes transnacionais para convocarem os protestos e espalhar ao exterior a situação no terreno. A participação virtual e o ativismo em redes apresentam uma realidade alternativa à oficial que afeita o processo de tomada de decisões no curto prazo e os valores culturais ao longo prazo.

Mesmo que a maioria das populações seja alheia ao seu uso, o desafio dos governos é garantirem o acesso a estes meios que promovem o progresso da liberdade e credibilidade dos meios mais populares como a rádio ou a televisão para assegurarem a pluralidade das fontes de informação.

Os fatores ou *drivers* que afetam à influência dos meios de informação são o crescente acesso à informação e comunicação exterior e a reforma dos meios tradicionais.

#### **4.1.6. A segurança nas transições**

As estruturas de segurança ficam debilitadas no processo de transição dum modelo de segurança da repressão e da lealdade pessoal a outro modelo baseado na subordinação ao poder civil e ao estado de direito. A transição necessita tempo e meios materiais e técnicos. Os grupos criminosos, subversivos ou terroristas tentarão aproveitar a debilidade das novas instituições. A transição depende dos atores árabes mas é sensível às mudanças no contexto estratégico regional e global.

Os fatores ou *drivers* da segurança nas transições são a mudança de modelo, a reforma do sector da segurança e a interação com o contexto estratégico regional e global.

### **4.2. O cenário "Primavera Árabe"**

É o cenário base. Caracteriza-se pela quebra dos padrões de comportamentos sociais e políticos tradicionais e procura soluções para os problemas de governação, liberdade e desenvolvimento que retardam os países. fornece uma visão ideal, esperançosa e florescente das mudanças ocorridas e que vão acontecer. É um cenário onde as sociedades e os países árabes se mobilizaram para dar impulso às mudanças políticas, económicas, sociais e culturais partilhadas pela sociedade mundial.



O cenário Primavera Árabe é o resultado da combinação das tendências e fatores descritos anteriormente.

As autoridades árabes tomam estas medidas quer para continuarem no poder quer para acederem a ele. As decisões são difíceis de tomar porque não produzem efeitos ao curto prazo e já foram tomadas medidas necessárias no passado sem pensar no interesse geral. As autoridades fazem as reformas internas para garantir a sua representatividade e legitimidade. Os atores externos ofereceram ajuda para avançarem nas mudanças mas isso é o que faziam os governos anteriores, e os novos não querem dar a sensação de ser manipulados desde o exterior. Os países ocidentais preparam pacotes de ajuda genéricos ao não conhecerem os novos interlocutores.

Aparecem novas elites que competem com as anteriores para liderarem a transição, redistribuírem o poder e os recursos disponíveis, desenvolverem um discurso próprio para se distinguirem da identidade dos dirigentes anteriores e obter legitimação e representatividade para poder influenciar nas mudanças futuras. Não existe um conhecimento certo dos novos atores, os seus programas ou prioridades, pelo qual não são conhecidas as implicações para Espanha e a resposta tem de ser orientada a monitorizar e analisar a situação e a preparar opções de resposta para acompanharem a evolução do cenário.

No económico, os modelos de gestão existentes estavam esgotados e desde há tempo, não eram capazes de dar a reviravolta ao desfasamento progressivo dos recursos disponíveis para fazer face às necessidades duma pressão demográfica elevada, bem como para superar a fragilidade económica dominante. A combinação de dívida externa, inflação, desemprego e défice obrigam a fazer mudanças estruturais nos modelos económicos e de desenvolvimento. Para dar resposta às mobilizações tem de ser redistribuída a riqueza, melhorados os serviços públicos e as políticas sociais com reformas fiscais e orçamentais que garantam a sustentabilidade das medidas adoptadas.

No relativo ao social, o descontentamento pela situação e a inconformidade tem conduzido a uma atitude social favorável às mudanças. As vezes é exprimida de forma negativa por meio de protestos, as vezes de forma positiva por meio da proposição de alternativas. Agora os líderes do ativismo social conhecem os objetivos mas não têm um plano para os atingir. A atitude social controla o rumo das mudanças, porém, perante as expectativas de sucesso tem-se espalhado uma sensação de cansaço na mobilização.

No âmbito da informação, usaram-se as redes sociais pela falta de credibilidade dos meios tradicionais controlados pela propaganda oficial. A percepção das mudanças através



de redes informais e meios não oficiais como *Al-Jazeera* ou *Al-Arabiya* devia-se à falta de acesso de liberdade de imprensa nos países árabes e o seu controlo pelos regimes autocráticos. Neste cenário floresce a liberdade de informação e a pluralidade informativa, mas ainda há uma maioria da população que apenas tem acesso aos meios de comunicação tradicionais.

Os sistemas de segurança são cientes da sua debilidade e que o seu futuro está mais ligado às novas mudanças do que à oposição as mesmas. A segurança é um elemento básico para a governação e o desenvolvimento, por conseguinte, num cenário onde a maior fonte de insegurança dos estados e sociedade árabes foi a repressão exercida pelas forças de segurança apoiadas pelas forças armadas, parece necessário confrontar uma reforma progressiva do sector da segurança. Porém, as reformas estruturais não são a prioridade neste cenário no qual limitaram-se à substituição de alguns dos chefes pois foi preciso manter alguma estrutura para garantir uma proteção mínima e que não acontecesse o que ocorreu no Iraque ou no Afeganistão.

O resultado deste cenário é promissor. mobilizações pacíficas das populações, queda dos presidentes e regímenes nas ditaduras, concessões governamentais para satisfazer as reivindicações, modificações constitucionais, e eleições. Mas também há aspectos negativos, como o recurso a força pela parte de alguns estados, o recurso a força para incentivar as mudanças ou provocar a repressão, a continuação de situações excepcionais como os estados de alarma e sitio ou os tribunais militares.

### **4.3. O cenário "Verão Árabe"**

O "Verão Árabe" é a evolução do cenário "Primavera Árabe" no qual tem sido introduzidas e iniciadas as mudanças anunciadas. As mesmas tem uma influência positiva nas tendências estruturais, contendo a deterioração económica, reduzindo o mal-estar social, facilitando o surgimento das novas elites, adotando um modelo de desenvolvimento e prioridades de governo sustentáveis e fomentando a pluralidade e tolerância dos meios de informação.

Com as primeiras mudanças e conhecendo melhor aos atores relevantes, é possível identificar as implicações para Espanha, identificar os interlocutores e avaliar as respostas adequadas para a posta em funcionamento de forma bilateral ou multilateral.

Neste cenário todos os governos interessam-se pela atitude social e as prioridades oficiais coincidem com as agendas das populações. As primeiras eleições aconteceram. Os novos partidos e deputados partilham a Assembleia com os antigos. Tem sido aprovadas as



mudanças e estabelecido o consenso básico. Em alguns países, os bons resultados eleitorais dos partidos islamitas permitem-lhes serem mais pragmáticos e abertos à interlocução exterior.

Tem-se definido também as elites influentes o que facilita a discussão das novas medidas com os agentes das mudanças. A relação com os atores externos tem aumentado e tem-se estabelecido procedimentos de colaboração.

A maior segurança jurídica, o controlo da corrupção as reformas microeconómicas e a estabilização macroeconómica conferem maior liberdade de ação aos atores económicos locais e favorecem os espaços de encontro com os internacionais e regionais, reestabelecendo os níveis de cooperação anteriores às mudanças.

As populações percebem que se tem dado os passos na direção adequada, nomeadamente redistribuição mais igualitária dos recursos, maiores oportunidades e menos privilégios que antes das mudanças. A desmobilização dos revoltosos devido à aplicação das reformas favorece à economia que não é afecte pela conflitualidade laboral.

No relativo aos meios de informação, o interesse dos meios internacionais tem-se reduzido. Os meios locais, tradicionais e alternativos, aumentaram a pluralidade e tolerância.

Em relação com a segurança, no cenário verão serão iniciados os primeiros programas de reforma do sector da segurança começando pelas forças policiais e paramilitares, o sistema penitenciário e judicial, ficando ainda por reformar as forças armadas. A progressão até o Estado de direito e a subordinação das forças armadas e de segurança ao poder civil retornará a confiança perdida nelas ao resto da sociedade.

#### **4.4. O cenário "Inverno Árabe"**

O cenário “ Inverno Árabe” corresponde com uma evolução de estagnação ou de retrocesso nas mudanças que leva ao agravamento da deterioração económica e social, à marginalização dos atores alternativos, adopção de um modelo de desenvolvimento e governança pouco fiáveis e à restrição do desenvolvimento da tolerância e pluralidade dos meios de informação.

As mudanças reivindicadas no primeiro cenário não têm sido aplicadas ou aquelas que foram aplicadas no segundo não tem dado os resultados esperados.

Com a falta de resultados, os novos dirigentes começam a parecer-se aos anteriores. Aumentam as distancias com os movimentos sociais que levaram-nos ao poder e não recebem o apoio exterior pela sua imagem de mala gestão de governo. Os partidos



islamitas que triunfaram, aplicam as reformas económicas e políticas necessárias para a governação mas acrescentam a islamização das sociedades.

As reformas económicas e os ajustes são adiados o que pode ser um prejuízo para o crescimento económico. O poder económico segue concentrado nas elites, a mobilidade social é reprimida e são reduzidas as expectativas dos sectores menos favorecidos da sociedade. As tensões económicas tem deteriorado às variáveis macroeconómicas e as expectativas das populações não foram satisfeitas. Em determinados casos, as medidas de despesa social prometidas não podem ser mantidas. Em outros, os modelos económicos ou a capacidade de implementação não tiveram credibilidade e acabou o fluxo de investimentos previstos.

No social, a liberalização tem fomentado a desigualdade favorecendo mais os novos proprietários económicos do que os empregados. Nos países não produtores de hidrocarbonetos, o aumento do preço destes e dos alimentos aumenta o custo da vida e os governos não podem seguir mantendo os subsídios. No laboral, o sector público não consegue absorver a exigência de oportunidades. As ofertas de emprego tem níveis salariais muito baixos. As oportunidades de emigração legal reduziram-se e surge de novo a imigração ilegal. O descontentamento aumenta o radicalismo que se espalha com mais facilidade.

No âmbito da informação, os governos islamitas apoiam os meios tradicionais de comunicação que atingem a maioria da população e que estão a sofrer uma diminuição da pluralidade e da tolerância.

O deterioramento do cenário inverno afeta também à segurança na medida que os grupos violentos tem aprendido a tirar proveito de Estado de Direito sem que as forças de segurança tenham sido reformadas para serem eficazes. Perante o incremento da insegurança, os governos voltam ao emprego de práticas repressivas que tinham sido abandonadas antes da “primavera árabe” o que provoca um distanciamento das populações e o surgimento de novos movimentos insurgentes numa sociedade com divisões tribais, étnicas e religiosas enfrentadas.

O jihadismo internacional que tinha sido descartado como fator nos cenários anteriores poderia aparecer como uma surpresa estratégica. No entanto, a cooperação antiterrorista e a gestão dos fluxos migratórios relaxar-se-á pela substituição das chefias dos regímenes anteriores, a perda da prioridade de ambas políticas nas agendas locais ou a pressão das bolsas migratórias locais e subsaarianas.



## 5. Os desafios da Primavera Árabe para Espanha

A evolução das tendências previstas nos diferentes cenários apresentarão oportunidades e desafios numa região de grande interesse estratégico para Espanha. “A paz e prosperidade da margem sul do Mediterrâneo são essenciais para a nossa segurança e do conjunto da Europa” (EES, 2011). Além disso, quer os processos políticos decorrentes das revoltas árabes gerarem liberdade e desenvolvimento, quer eles produzirem frustração e caos, a posição geoestratégica da Espanha será afetada no meio e longo prazo (Amirah, 2012, p.1).

A EES (2011, p.29) identifica que a região apresenta os desafios seguintes: fortalecimento da democracia e o estado de direito, a consolidação dum modelo económico e social dinâmico e inclusivo, a regulação e controlo da emigração, a luta contra o terrorismo e o narcotráfico, a estabilização dos fluxos energéticos, uma solução justa, negociada e definitiva à questão do Saara Ocidental, em conformidade com a ONU.

Todo indica que a evolução mais provável é que os Estados evoluírem a sistemas democráticos ou introduzirem reformas suficientes para que os atuais sobrevivem no poder (Weber, 2011, p.27). O novo modelo está constituído por regímenes mais democráticos no qual tem-se imposto o islamismo político<sup>16</sup> nas primeiras eleições. É o início de um caminho a um cenário no mundo árabe composto de governos de maioria islamita sunita, na mesma direção que representa a Turquia (Berenguer, 2012, p.2). Temos de dar o nosso voto de confiança às novas forças políticas quando proclamarem o seu compromisso com a democracia (Jimenez, 2011, p.1). As mudanças apresentam oportunidades e desafios para a colaboração governamental e não governamental com os países árabes que iniciam as mudanças. A primeira consequência é a necessidade de revisar os programas de cooperação para os adaptarmos à nova situação. As limitações na assistência obrigam à adopção de prioridades a curto prazo, em função dos recursos disponíveis e dos resultados obtidos. Tem de ser revista a coerência global dos planos estratégicos de cooperação com os países árabes e dar sentido estratégico à Cooperação Oficial Descentralizada na qual participam outras administrações do estado espanhol. Aliás, deve ser valorado quais as medidas adotadas de forma bilateral e quais multilateralmente.

---

<sup>16</sup> A orientação islamita das sociedades do mundo árabe tem a origem na incapacidade dos estados de fornecer os serviços sociais que foram substituídos pelas organizações religiosas islamitas que em junção com uma campanha eficaz de propaganda tem conseguido o crescimento do islamismo político (Berenguer, 2012, p.3)



Interessa a Espanha a evolução na região de sociedade abertas e empreendedoras, mas para isso acontecer é necessário estabelecer as ligações no curto prazo com as novas elites que estão a liderar as mudanças estruturais. Por um lado, a substituição de atores, sejam eles tradicionais ou emergentes, representa um problema de interlocução para Espanha que afeta aos sectores públicos e privados, que mantem o interesse nas relações com as elites após as mudanças. Por outro lado, é um problema a tendência dos novos atores de manter distancia com os atores ocidentais para se diferenciarem das elites tradicionais. O desafio é aumentar o espaço de interlocução com as novas elites sem perder a interlocução com as tradicionais, pois a substituição não está garantida.

Os fundamentos das economias no norte de África apresentam debilidades estruturais, pelo qual, após as mudanças políticas, é previsível um processo lento para os países da região alterarem as suas trajetórias económicas (Alistair, 2012). É conhecido que os interesses económicos espanhóis na região são numerosos e diversos<sup>17</sup> daí que a estabilização macroeconómica ao longo prazo apresenta grandes oportunidades para Espanha. Mesmo que no curto prazo, a deterioração da situação económica na região produz algum benefício, nomeadamente o efeito substituição no turismo, a deterioração da situação económica tem uma repercussão negativa com a descida das exportações e das rendas netas. Aliás, a instabilidade macroeconómica produz um resultado assimétrico e os seus efeitos têm mais importância para Espanha que para a UE, que é quem desenha as políticas comunitárias na região.

No âmbito global e no curto prazo, o deterioro significativo da economia na região terá uma forte repercussão geopolítica ao aumentar a incerteza dos processos de transição e aumentar o preço dos combustíveis nos mercados internacionais.

Em termos relativos, Espanha importa mais petróleo e gás do norte de África e do Golfo Pérsico do que o conjunto da UE (Escribano, 2011, p.1) Na região, com quase o 60% das reservas mundiais do petróleo e o 40% do gás, o sector do petróleo e do gás vai jogar um papel importante na reconstrução económica. Olhando para o 2030 a demanda de energia vai ser aumentada no 40%.”Sem dúvida nenhuma, no futuro próximo vamos necessitar uma fonte de energia estável e assumptível” (Alistair, 2012). Para a Europa e,

---

<sup>17</sup> Em Marrocos há entre 700 e 900 empresas espanholas, na Argélia há empresas espanholas de infraestruturas, água, petróleo e gás. Na Líbia, a operação económica mais importante era a exploração de hidrocarbonetos da Repsol na região de El Fezzan, e no âmbito das infraestruturas, importantes empresas espanholas desenvolveram projetos na década dos 80 e poderiam ter um papel relevante na reconstrução do país. Na Tunísia, a presença de empresas espanholas não tem sido muito relevante, mas a consolidação de um governo democrático poderia abrir novos horizontes (Arístegui, 2011, p.302).



por suposto, para Espanha, é um desafio assegurar o nível de abastecimento de hidrocarbonetos preciso ao longo prazo e atingir um certo equilíbrio na diversificação dos seus fornecedores (Escribano, 2011, pp.3-5).

Todas as circunstâncias supõem uma mudança de cenário para Espanha como ator económico e importador energético de grande dependência. Agora bem, além de trabalhar com estratégias para enfrentar os riscos do curto prazo, é necessário desenhar estratégias para aproveitar os cenários mais favoráveis que permitam no longo prazo o maior desenvolvimento do sector energético no norte de África com a participação das empresas europeias e espanholas.

O descontentamento social afeta na percepção dos atores ocidentais que partilham a responsabilidade de ter apoiado aos governos anteriores. A crítica antiocidental continuará no curto prazo e as populações árabes verão com desconfiança os novos oferecimentos de ajuda para consolidação das mudanças. Neste contexto, a percepção da posição e assistência às mudanças é quase mais importante do que a sua materialização real, logo qualquer medida adotada deve estar ligada a uma valoração da percepção e a uma estratégia de comunicação.

Enquanto ao âmbito da segurança, as mudanças nos sistemas e políticas de segurança afetarão os acordos bilaterais e multilaterais de Espanha com estes países. A cooperação na luta contra o terrorismo, o crime organizado e o controlo das fronteiras são três dos interesses espanhóis que serão afetados pelas mudanças.

É previsível uma relaxação na cooperação na luta contra o terrorismo. Quer pela eficácia da prevenção quer pela ineficácia das organizações terroristas, o jihadismo poderia não ser percebido como a ameaça grave e iminente que justificou dita cooperação. Após as mudanças é previsível uma modificação das leis e medidas excepcionais adotadas na luta contra o terrorismo. No entanto a percepção do risco jihadista não mude, e os seus objetivos e vítimas não sejam locais, os governos árabes reduzirão a sua prioridade dos programas de cooperação que, aliás, possam ser interpretados como ingerência estrangeira. Como resultado é possível que os grupos que estão a operar no Magreb se reorganizarem operacionalmente e atuem onde estas mudanças ofereçam novas oportunidades.

Esta situação apresenta fatores potenciadores do risco contra a segurança de Espanha. Após a reação da comunidade internacional contra o terrorismo tem-se produzido uma “regionalização” do terrorismo global com a aparição de vários centros de gravidade terrorista. Um deles localiza-se no Sahel que é a parte do mundo onde o terrorismo jihadista tem-se enraizado mais nos últimos 15 anos (Sanchez de Rojas, 2011, p.48). O



terrorismo jihadista continua a pretender desestabilizar a região e tem, aliás, células ativas e redes de recrutamento na Europa (Aristequi, 2011, p.300).

No norte de África, continuam a existir as causas que facilitam o fomento das ideias radicais necessárias para o desenvolvimento de grupos terroristas, nomeadamente as carências sociais, a pobreza em junção ao aumento de preços de produtos básicos, a alienação à cultura ocidental, a associação entre desemprego jovem e a promoção de injúrias políticas ou religiosas, as reclamações territoriais (nomeadamente Ceuta e Melilla) e de propriedade e outros motivos da cultura popular, espalhadas pela literatura e especialmente internet (Rogério, 2011, p.39).

A cooperação entre os Estados do Magreb poderia limitar a eficácia do terrorismo jihadista. A cooperação policial reforçada entre os países da região aumentaria a eficácia da luta contra AQMI e outras organizações jihadistas. Espanha mantém umas relações privilegiadas, em especial com Marrocos e a Argélia, para servir como catalisador das relações entre os países do norte de África. (Aristegui, 2011, p.301).

O crime organizado transnacional tornou-se numa das principais ameaças a nossa segurança, aumentada pela possível presença na zona de estados debilitados ou em transição (Sanchez de Rojas, 2011, p.49). Além da ameaça clássica, a relação com as outras ameaças transnacionais nas quais a convergência do crime organizado, o terrorismo e a proliferação de tecnologias e materiais em relação com as armas de destruição massiva conferem-lhe um papel central (de Salazar, 2011, p.39). O processo de democratização na região, pode fornecer um acréscimo na eficácia policial e um maior apoio da opinião pública europeia e magrebina na luta contra o crime organizado. Espanha tem trabalhado com grande intensidade junto aos nossos vizinhos na luta contra todo tipo de criminalidade organizada e poderia continuar a ter um papel em destaque como ligação Norte-Sul em matéria de segurança (Aristegui, 2011, p.301).

O controlo das fronteiras é uma preocupação já que no curto prazo continuará a pressão migratória e os mecanismos de controlo anteriores funcionarão de forma distinta. Há hipótese de mudança no enquadramento institucional e político de regulação da migração. Os acordos que, nomeadamente Itália e Espanha assinaram com Marrocos, a Líbia e a Tunísia, e que tem sido importantes para o controlo de fluxos migratórios da África para a Europa, não estariam garantidos no acaso os regimes políticos mudarem para governos antiocidentais. As motivações básicas das migrações desde o Norte da África não vão ser alteradas de forma significativa por causa dos protestos (González, 2011, p.7). Mesmo que as reformas iniciadas melhorem a estabilidade na região, é



previsível o aumento da pressão migratória devido à deferência de renda entre ambas margens (a *renda per cápita* espanhola é 13 vezes maior do que a marroquina, o seja, quatro vezes da existente na outra grande fronteira migratória mundial, EUA e México); o reagrupamento familiar, o envelhecimento e a escassez de mão-de-obra na UE. Para Espanha a situação mais provável é que por causa da Argélia e o Marrocos não ter sofrido grandes protestos, e não seja previsível que estes aconteçam, a probabilidade de um aumento dos fluxos procedentes do Norte de África mantenha-se baixa (González, 2011, p.7). Os desafios apenas implicariam a Espanha como membro da UE e em apoio a outros países que foram afectados.

Não pode deixar de ser referida a ameaça de conflito armado ao falar da segurança de Espanha. Embora a probabilidade de um conflito armado seja baixa, nas atuais condições de instabilidade no norte de África não pode ser rejeitada a possibilidade que aconteçam ações incontroladas contra a soberania espanhola nas cidades autónomas de *Ceuta*, *Melilla* o nas ilhas e ilhotes (Sánchez de Rojas, 2011, p.47). O risco sobre o território espanhol no Norte de África é permanente e a sua materialização e escalada é muito dependente da gestão política, e por conseguinte é muito sensível às mudanças no contexto geopolítico atual (Weber, 2011, p.19). É por isso que as relações hispano-Marroquinas<sup>18</sup> ocupam um lugar central na defesa e consecução dos interesses nacionais.

Enquanto aos meios de comunicação, o recurso aos meios sociais alternativos apresenta também riscos e oportunidades para a percepção de Espanha entre as populações e os seus líderes. Como já foi referido, a percepção da Espanha e das suas iniciativas públicas e privadas é quase mais importante do que as medidas adotadas. È por isso que importa analisar esta percepção e conforma-la. Para modificar e influenciar percepção espanhola que possa alterar a relação com os países e populações árabes, o desafio para Espanha é a canalização deste esforço através dos meios oficiais e dos meios de comunicação alternativos, no entanto estes sejam mais creíveis e eficazes do que os oficiais. Aliás, e de forma complementar, a influência espanhola poderá ser projetada com os meios alternativos próprios como os culturais oficiais (Cervantes, Casa Árabe ou Casa África) ou privados (Fundações).

---

<sup>18</sup> Como mostra simbolicamente a tradição na democracia espanhola do novo Primeiro Ministro eleito fazer a primeira viagem oficial ao Reino de Marrocos.



### **Síntese Conclusiva**

O presente trabalho teve por finalidade determinar os desafios para a Estratégia Espanhola de Segurança decorrentes dos acontecimentos reconhecidos como “Primavera Árabe”.

Para atingir o objetivo geral, estruturamos o nosso trabalho em cinco capítulos. Os quatro primeiros dão resposta às perguntas derivadas e no quinto procuramos a resposta à pergunta de partida.

No primeiro capítulo exploramos o conceito de segurança. Assim, verificamos as diferenças existentes entre segurança e defesa. Observamos que a segurança é uma condição que tem um carácter multidisciplinar e que se alarga além do próprio Estado, ou seja, não existe descontinuidade entre segurança pessoal, segurança nacional e segurança exterior. Verificamos que a defesa nacional são o conjunto de medidas e ações multidisciplinares, integradas e coordenadas, que visam alcançar a segurança nacional. Neste capítulo, apresentamos que a Estratégia de Segurança Nacional é a ferramenta que os Estados desenvolvem para garantirem a Segurança Nacional. Esta estratégia de segurança tem de ser integral abrangendo o carácter multidisciplinar e multilateral do conceito de segurança. A estratégia nacional deve ser complementar e coordenada dentro dum complexo de sistemas de segurança.

No segundo capítulo, analisamos a Estratégia Espanhola de Segurança para identificarmos as ameaças e riscos à segurança. Para melhor compreendermos a EES encontramos a resposta às perguntas: “segurança por quem?”, “segurança de quem?”, “segurança face a quê ou a quem?” e “qual o agente de segurança e com que meios?”. Comprovamos que Espanha dispõe de instrumentos para defender quer os interesses nacionais quer os interesses partilhados. Verificamos também que existem catalisadores que aumentam a probabilidade das ameaças se concretizarem e que EES define como fatores potenciadores do risco.

No terceiro capítulo, descrevemos os acontecimentos ocorridos no norte de África, com uma visão particular dos protestos nos países de interesse para a PEV. Concluimos que foram movimentos espontâneos e populares devidos a causas estruturais que, apesar das reformas iniciadas, ainda estão sem resolver. Podemos assim afirmar que a Primavera Árabe é um fenómeno histórico, com consequências no longo prazo; que existe incerteza no resultado, uma vez que os acontecimentos ainda estão numa fase inicial, e não sabemos quanto tempo vai precisar cada país para a culminação do processo.



No quarto capítulo, apresentamos os cenários do modelo de análise baseados na combinação das tendências de evolução. Observamos como estas tendências dependeram de factores políticos, sociais, económicos, de segurança e da informação.

Posteriormente, efetuámos a análise e avaliação das tendências e a sua influência nos fatores potenciadores de risco à segurança espanhola, determinando os desafios à mesma. Assim, verificamos que seja qual for a evolução das tendências no norte de África a posição geoestratégica da Espanha será afetada no meio e longo prazo.

Os acontecimentos da primavera árabe implicarão desafios aos interesses estratégicos espanhóis, embora não seja provável que exista um aumento de risco contra os interesses vitais. Consoante com a natureza multidisciplinar da segurança, os desafios apresentam-se interligados entre si e abrangem todos os instrumentos do estado no âmbito diplomático, económico, informativo e da segurança.

No âmbito diplomático surge a necessidade de revisar os programas de cooperação com os países do norte de África para os adaptarmos à nova situação. É o início de um caminho a um cenário no mundo árabe composto de governos de maioria islamita sunita. Observamos a necessidade de aumentar o espaço de interlocução com as novas elites sem perder a interlocução com as tradicionais ante a incerteza da transição. No âmbito político interno, tem de ser revista a coerência global dos planos estratégicos de cooperação entre as diferentes administrações do estado espanhol.

No âmbito económico, concluímos que há também uma mudança de cenário que apresenta desafios como ator económico na região e importador energético de grande dependência. Surge assim o objetivo de assegurar o nível de abastecimento de hidrocarbonetos preciso ao longo prazo e atingir o equilíbrio na diversificação de fornecedores. Desenhar estratégias para aproveitar os cenários mais favoráveis que permitam, no longo prazo, o maior desenvolvimento do sector energético no norte de África com a participação das empresas europeias e espanholas.

Qualquer medida adotada nos diferentes âmbitos deve estar ligada a uma estratégia de comunicação e uma valoração da percepção das nossas iniciativas públicas e privadas. O objetivo e desafio é ser cientes da percepção e conforma-la aos nossos interesses. Com este fim é necessário canalizar o esforço através dos meios oficiais, dos meios de comunicação alternativos e usar os meios próprios, sejam públicos ou privados.

No âmbito da segurança, sendo o único país da UE com fronteira terrestre na região, a probabilidade de conflito armado existe mas é baixa. Porém não pode ser rejeitada a possibilidade que aconteçam ações incontroladas contra a soberania espanhola nos seus



território no norte de África, logo, o desafio é continuar as políticas de antecipação e prevenção do conflito mantendo a capacidade de resposta necessária. As mudanças afetarão aos acordos bilaterais e multilaterais de Espanha com estes países. Os desafios principais apresentam-se na luta contra o terrorismo, o crime organizado e o controlo de fronteiras. O desafio é continuar a ter um papel em destaque como elemento de ligação norte-sul em matéria de segurança para reforçar a cooperação policial e fomentar as medidas de confiança entre os países da região.

A “Primavera Árabe” é uma oportunidade para transformar o modelo de estabilidade do mediterrâneo, reformular a política mediterrânea espanhola e adapta-la às novas realidades de uma profunda transformação na região.



## Bibliografia

- Ajami, F, 2012. *The Arab Spring at One. Foreign Affairs*. mar-abr. 2012. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/issues/2012/91/2> [Consult. 5 abr. 2012]
- Amirah, H, 2012. *España ante un Mediterráneo con mayores oportunidades y riesgos. Política Exterior*, nº 145, pp. 142-152
- Angrist, MP, 2011. *Morning in Tunisia: The frustrations of the Arab World. Foreign Affairs*. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/67321/michele-penner-angrist/morning-in-tunisia?page=show> [Consult. 23 ene. 2012]
- Arab League, 2011. *Resolution 7360 on the Repercussions of the Current Events in Libya*.
- Arístegui, G, 2011. *Encrucijadas Árabes: Lo que España y el mundo se juegan*. Barcelona: Atona S.L.
- Assaad, R, 2011. *Demographics of Arab Protests. Council on Foreign Relations*. Entrevista. Disponível em: <http://www.cfr.org/egypt/demographics-arab-protests/p24096> [Consult. 8 dez. 2011]
- Barbería, JL, 2011. *Un gran pacto contra la dependencia energética*. El País. [em linha] Disponível em: [http://elpais.com/diario/2011/10/23/sociedad/1319320801\\_850215.html](http://elpais.com/diario/2011/10/23/sociedad/1319320801_850215.html) [Consult. 15 abr 2012]
- Bardají, RL, 2011. *La bomba que viene*. [Online] Disponível em: [http://www.gees.org/articulos/la\\_bomba\\_que\\_viene\\_8763](http://www.gees.org/articulos/la_bomba_que_viene_8763). [Consult. 24 dez. 2011]
- Barrento, A, 2010, Da Estratégia. Parede: Tribuna da História
- Ben Jelloun, T, 2011. *La primavera arabe: El despertar de la dignidad*. Madrid: Alianza editorial.
- Berenguer, F, 2012. *Hacia el nuevo paradigma árabe. Documento de Análisis 03/2012*. Madrid: IEES.



- Burt, A, 2012. *The Arab Spring and Challenges for 2012*. Conferência do ministro de negócios estrangeiros britânico no World Affairs Council of Houston o dia 2 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.fco.gov.uk/en/news/latest-news/?view=Speech&id=724954182> [Consult. 28 abr. 2012]
- Byman, D, 2011. *Terrorism After the Revolutions: How Secular Uprisings Could Help (or Hurt) Jihadists*. *Foreign Affairs*. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/67697/daniel-byman/terrorism-after-the-revolutions>. [Consult. 23 dez. 2011]
- CESEDEN. 2004. *Fundamentos de la Estrategia para el Siglo XXI - Monografía del CESEDEN N° 67*. Madrid: Publicaciones del Ministerio de Defensa
- CESEDEN, 2011. *Los Intereses Geopolíticos de España: Panorama de riesgos y amenazas*. Madrid: Publicaciones del Ministerio de Defensa
- Chacón, C, 2011. *Discurso clausura “Defensa, Diplomacia e Desarrollo: los tres pilares de la seguridad”*. Madrid: IEEE
- Ciezdalo, A., 2011. *Let Them Eat Bread: How Food Subsidies Prevent (and Provoke) Revolutions in the Middle East*. *Foreign Affairs*. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/67672/annia-ciezdalo/let-them-eat-bread> [Consult. 5 jan. 2012]
- Clinton, H., 2011. Hillary Rodham Clinton’s Remarks to the Forum for the Future.
- Cohen, R., 2011. A beleza das instituições. [em linha] Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,a-beleza-das--instituicoes-,792414,0.htm> [Consult. 23 dez 2011]
- CORES, 2012. *Boletín n° 170 Enero* . [em linha] Disponível em: <http://www.cores.es/pdf/behActual/behActual.pdf> [Consult. 20 abr 2012]
- Couto, AC, 1988. *Elementos de Estrategia*. Lisboa: IAEM.
- de Salazar, G, 2011. *Los intereses españoles en la era de la globalización. Los intereses geopolíticos de España: Panorama de riesgos y amenazas. Documentos de seguridad y defensa n°43*. Madrid: CESEDEN



- Enseñat, A, 2009. *El concepto de Seguridad Nacional en las estrategias de Seguridad Nacional, Los nuevos paradigmas de la Seguridad, Centro Internacional de Toledo para la Paz (CITpax)*
- Escribano, G., 2011. *Energía en el Norte de África: vectores de cambio. Real Instituto Elcano*. Disponível em [http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/elcano/elcano\\_es/especiales/crisismundoarabe/analisis/rie/dt13-2011](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/especiales/crisismundoarabe/analisis/rie/dt13-2011)
- Estella, A, et al., 2010. *El Debate Sobre La Estrategia Espanola De Seguridad*. Madrid:Fundación Ideas.
- Garcia-Margallo, JM. 2012. *Declaraciones del ministro García-Margallo sobre la situación de Repsol YPF en Argentina*. [em linha] Disponível em: [http://www.maec.es/es/MenuPpal/Actualidad/NoticiasMAEC/Paginas/20120413\\_not1.aspx](http://www.maec.es/es/MenuPpal/Actualidad/NoticiasMAEC/Paginas/20120413_not1.aspx) [Consult. 20 abril 2012]
- GEES, 2011a. *Arabes sin primavera*. [Online] Available at: [http://www.gees.org/articulos/arabes\\_sin\\_primavera\\_8754](http://www.gees.org/articulos/arabes_sin_primavera_8754).
- GEES, 2011b. *Revueltas árabes. El mundo al revés*. [Online] Available at: <http://www.gees.org/>.
- Gobierno de España, 2011. *Estrategia Española de Seguridad. Una responsabilidad de todos*. Madrid: Gobierno de España. Disponível em <http://www.lamoncloa.gob.es> [Consult. 9 dez 2011]
- Goldstone, JA, 2011. *Understanding the Revolutions of 2011: Weakness and Resilience in Middle Eastern Autocracies. Foreign Affairs*. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/67694/jack-a-goldstone/understanding-the-revolutions-of-2011> [Consult. 13 mar 2012]
- González, C, 2012. *Los cambios políticos y las migraciones desde los países árabes*. ARI 60/2011. Madrid: Real Instituto Elcano
- Gray, C.S, 2007. *War, Peace and Internatrional Relations - An Introduction to Strategic History*. New York: Routledge. pp. 205–19



- Hamid, S, 2011. *The Rise of the Islamists: How Islamists Will Change Politics, and Vice Versa*. *Foreign Affairs*. Disponível em:  
<http://www.foreignaffairs.com/articles/67696/shadi-hamid/the-rise-of-the-islamists>  
[Consult. 23 novembro 2011]
- Indyk, M, 2002. *Back to the Bazaar*. *Foreign Affairs*. Disponível em:  
<http://www.foreignaffairs.com/articles/57621/martin-indyk/back-to-the-bazaar>  
[Consult. 15 fev. 2012]
- IEES, 1998. *La ideas estratégicas para el inicio del tercer milenio*. Madrid: Instituto de Estudios Estratégicos
- IESM, 2007. *Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica*. Lisboa: IESM
- IEEE, 2011. *Análisis comparativo de la Estrategia Española de Seguridad: "una responsabilidad de todos"*. [em linha] Disponível em:  
[http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs\\_analisis/2011/DIEEEA17\\_2011EstrategiaEspanolaSeguridad.pdf](http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_analisis/2011/DIEEEA17_2011EstrategiaEspanolaSeguridad.pdf) [Consult. 29 novembro 2011]
- Jiménez, T, 2011. *La "primavera árabe": una visión personal*. Madrid: El País. 17 de dezembro de 2011.
- Khalidi, RI, 2011. *The Arab Turmoil and Palestinians*. *Foreign Affairs*. Entrevista.  
Obama, B., 2009. Remarks by President Barack Obama on a New Beginning. Cairo University
- Layachi, A, 2011. *Meanwhile in the Maghreb: Have Algeria and Morocco Avoided North Africa's Unrest?* *Foreign Affairs*. Disponível em:  
<http://www.foreignaffairs.com/articles/67691/azzedine-layachi/meanwhile-in-the-maghreb> [Consult. 20 novembro 2011]
- Lewis, B, 2005. *Freedom and Justice in the Modern Middle East*. *Foreign Affairs*. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/60796/bernard-lewis/freedom-and-justice-in-the-modern-middle-east> [Consult. 5 nov. 2011]
- Lorca, A, 2011. *El despertar árabe, desde el Atlántico al Índico*. [Online] Available at:  
<http://www.politicaexterior.com/articulo?id=4640> [Consult. 22 ene. 2011].
-



- MDE, 2003. *Revisión Estratégica de la Defensa. Documentos Anejos*. Madrid: Ministerio de Defensa
- Navarro, JM, 2011. *Primavera Árabe. Protestas y revueltas. Análisis de factores. Documento de Opinión 52/2011*. Madrid: IEES.
- Nunes, PF, 2011. *Mundos Virtuais, Riscos Reais: Fundamentos para a Definição de uma Estratégia da Informação Nacional*. Revista Militar. [em linha]. Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=608> [Consult. 3 março 2012]
- ONU, 2012. *UNODC cifra ganancias anuales del crimen organizado en 3,6% del PIB mundial. Centro de noticias da ONU*. [em linha] Disponível em: <http://www.un.org/spanish/News/fullstorynews.asp?NewsID=23246> [Consult. 19 abril 2012]
- Quivy, R. & Campenhoudt, L.V., 2008. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa.
- Revolutionary Egypt, 2011. *What is the Revolution? What is the Regime?*. Disponível em: <http://www.tahrirdocuments.org/2011/07/what-is-the-revolution-what-is-the-regime/> [Consult. 8 fev. 2012]
- Ribeiro, AS, 2009. *Teoria Geral da Estrategia*. Coimbra: Almedina
- Rogei, N, 2011. *Na Rua árabe*. Alfragide: Dom Quixote
- Rose, G., 2011. *The New Arab Revolts, Introduction*. New York: Foreign Affairs.
- Sánchez de Rojas, E, 2011. *Los intereses vitales de España: Un enfoque integral y de seguridad compartida. Los intereses geopolíticos de España: Panorama de riesgos y amenazas. Documentos de seguridad y defensa nº43*. Madrid: CESEDEN
- Sarkozy, N et al., 2011. *Joint Statement by Nicholas Sarkozy and David Cameron on Libya*.
- Secretaría de Estado de Energía, 2010. *La Energia en España 2010. Ministerio de Industria, Turismo y Comercio*. Disponível em:



[http://www.minetur.gob.es/energia/balances/Balances/LibrosEnergia/Energia\\_Espana\\_2010\\_2ed.pdf](http://www.minetur.gob.es/energia/balances/Balances/LibrosEnergia/Energia_Espana_2010_2ed.pdf) [Consult. 20 abr 2012]

Sueur, JDL, 2011. *Postcolonial Time Disorder: Egypt and the Middle East, Stuck in the Past. Foreign Affairs*. Disponível em:

<http://www.foreignaffairs.com/articles/67432/james-d-le-sueur/postcolonial-time-disorder> [Consult. 4 fev 2012]

Tomé, L, 2010. Segurança e Complexo de Segurança: conceitos operacionais.

JANUS.NET e-journal of International Relations, Nº 1, Outono 2010. [online]

Disponível em: [observare.ual.pt/janus.net/pt\\_vol1\\_n1\\_art3](http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol1_n1_art3) [Consult. 23 dez 2011]

Trager, E., 2011. *Letter From Cairo: The People's Military in Egypt? Foreign Affairs*.

Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/67438/> [Consult. 5 mar. 2012]

UE, 2009. Tratado de Lisboa. [em linha] Disponível em:

[http://europa.eu/lisbon\\_treaty/faq/index\\_pt.htm](http://europa.eu/lisbon_treaty/faq/index_pt.htm) [Consult. 15 fev 2012]

UN, 2011. *UN Security Council Resolution 1973, Libya*. Disponível em:

[http://www.un.org/Docs/sc/unsc\\_resolutions11.htm](http://www.un.org/Docs/sc/unsc_resolutions11.htm) [Consult. 6 abr. 2012]

UNDP, 1994. *Informe sobre Desarrollo Humano, 1994. Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo. Fondo Cultura Económica*. Disponível em:

<http://hdr.undp.org/es/informes/mundial/idh1994/capitulos/espanol/>

Vaquer, J, 2011. *La primavera árabe “pasó”*. *El País*. Disponível online em

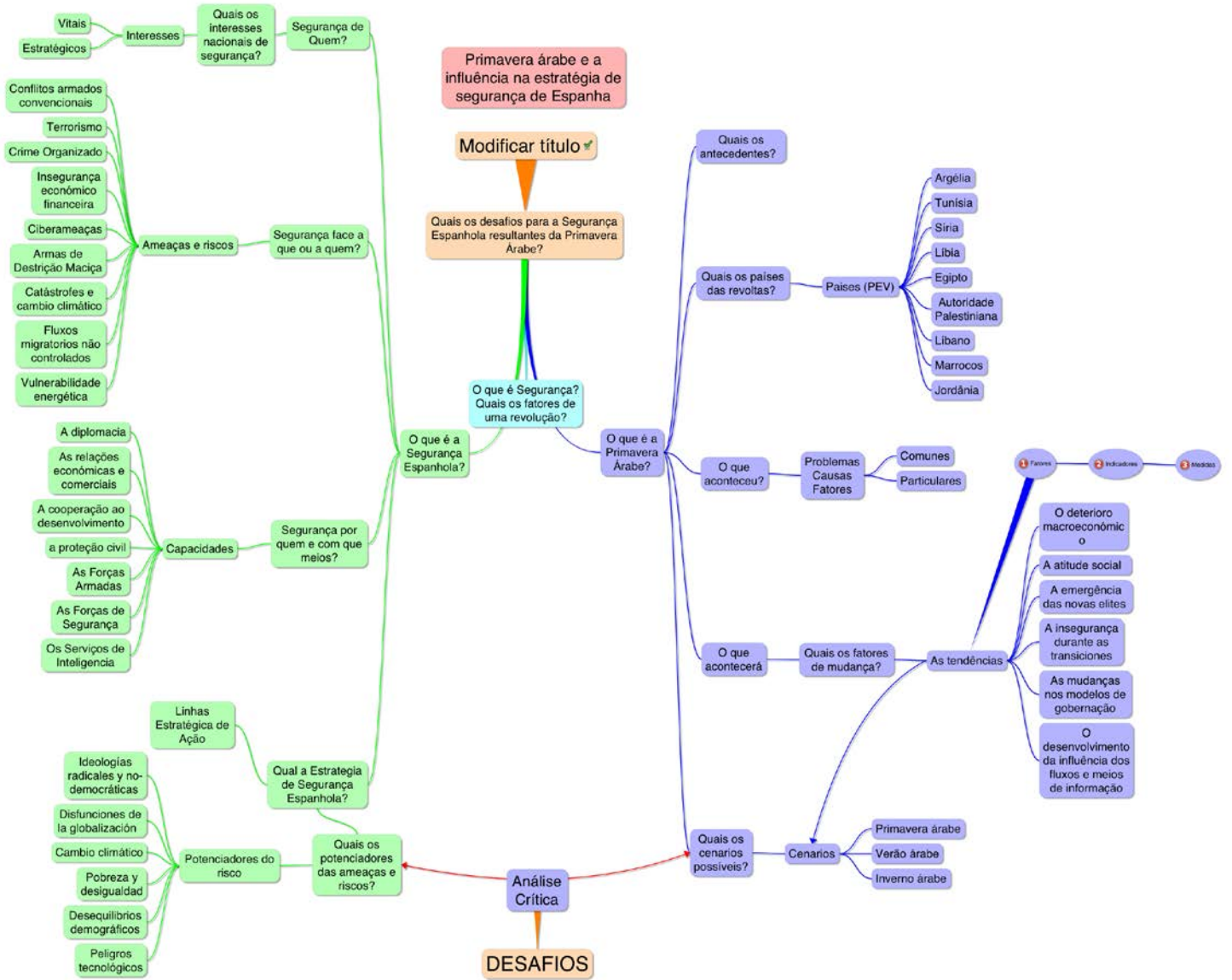
[http://elpais.com/diario/2011/10/11/internacional/1318284005\\_850215.html](http://elpais.com/diario/2011/10/11/internacional/1318284005_850215.html)

Weber, MD, 2011. *Intereses nacionales de España en su entorno geopolítico. Los intereses geopolíticos de España: Panorama de riesgos y amenazas. Documentos de seguridad y defensa nº43*. Madrid: CESEDEN

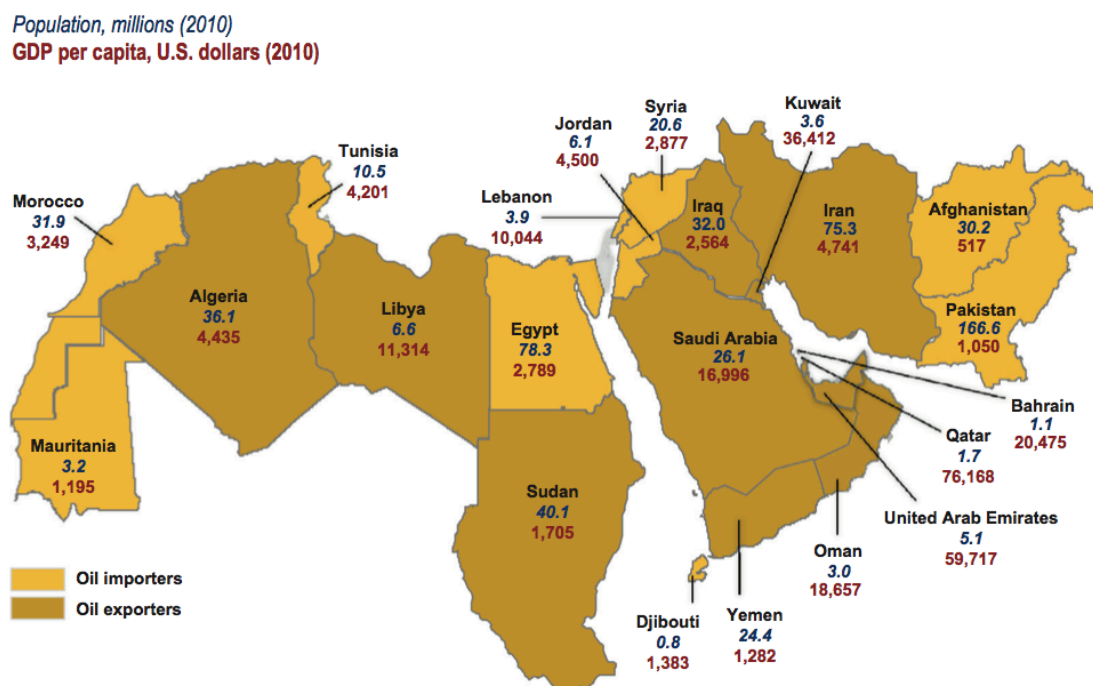
Wilkinson, P, 2007. *International Relations*. New York: Oxford University Press

## **Anexos**

# Anexo A – Linha de orientação metodológica



## Anexo B – Populações e PIB per capita em 2010



Fonte: IMF Regional Economic Outlook, 2011, p. 3.

## Anexo C – Interação Tendências - Potenciadores do risco - Ameaças e Riscos

